

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**TRABALHO & VIDA URBANA EM MANAUS:
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E AMBULANTES (1900-1920)
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UFAM**

Bolsista: Calinca da Conceição Avelino, CNPq

**MANAUS
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO Á PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO FINAL
PIB-H/0079/2014
TRABALHO & VIDA URBANA EM MANAUS:
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E AMBULANTES (1900-1920)
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UFAM**

**Bolsista: Calinca da Conceição Avelino, CNPq
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Luiza Ugarte Pinheiro**

**MANAUS
2015**

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Pesquisa do LHIA – Laboratório de História da Imprensa no Amazonas e aos seus autores. Este relatório só poderá ser reproduzido para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, é desenvolvida no interior do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas e se caracteriza como parte de um conjunto maior de trabalhos que se dedicam a pesquisar os trabalhadores pobres urbanos.

RESUMO

O presente relatório visou investigar e analisar as vivências urbanas dos trabalhadores (as) dos serviços domésticos e ambulantes da cidade de Manaus no período correspondente a 1900-1920, inquirindo-se acerca de suas condições de vida e trabalho, e para tanto, fizemos uso dos jornais que circularam na época, como lugares de investigação. Deste modo, pudemos traçar um perfil dos rostos desses trabalhadores: domésticos (as) mulheres, homens e crianças que se fizeram presente, sendo a mão de obra portuguesa a preferida pela população em detrimento da mão de obra local. No que tange aos trabalhadores (as) ambulantes verificamos que o elemento estrangeiro também se fez presente, - principalmente os árabes - turcos e em menor quantidade os portugueses dominavam o setor das vendas ambulantes.

ABSTRACT

This report aimed to investigate and analyze the experiences of urban workers domestic services and street of the city of Manaus in the corresponding period of 1900 to 1920, is asking-about their conditions of life and work, and it made use of newspapers circulating at the time as research places. Thus, we draw a clear profile of the workers' faces: as household women, men and children were made this, and the portuguese were preferred to the detriment of local labor. With respect to employees street we find that the foreign element, - especially the arab - turkish and to a lesser extent the portuguese dominated the sector of street sales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lavadeiras no Largo da Saudade	25
Lavadeiras à beira do igarapé	28
Trabalhadores do serviço doméstico: divisão por sexo	34
Trabalhadores (as) do serviço doméstico: divisão por nacionalidade	37
Turcas vendedoras ambulantes	45
Trabalhadores (as) ambulantes: divisão por nacionalidade	46
Trabalhadores (as) domésticos e ambulantes presos por	48

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Desenvolvimento.....	10
1. Considerações iniciais.....	10
2. Trabalhadoras domésticas na cidade de Manaus (1900-1920).....	12
2.1. Trabalhadoras domésticas para casa e para a rua.....	14
2.1.1. Ganhando a vida de “portas adentro”: criadas, cozinheiras e amas.....	17
2.1.2. Amas.....	21
2.1.3. Pelas ruas da cidade: lavadeiras, e engomadeiras em Manaus (1900-1920).....	24
3. Homens no serviço doméstico.....	28
4. Pequenos criados: uso da mão de obra infantil no serviço doméstico.....	30
4.1. Fuga e resistência.....	32
5. “Preferem-se portugueses (as)”.....	34
6. Trabalhadores (as) ambulantes.....	37
6.1. A inconveniência dos trabalhadores ambulantes.....	39
6.2. Os vendedores de doces.....	41
6.3. Conflitos, acidentes e trapaças: experiências cotidianas dos trabalhadores ambulantes na Manaus do início do século XX.....	42
6.4. Trabalhadoras ambulantes.....	45
6.5. Em nome da ordem.....	47
Conclusões.....	51
Fontes e referências.....	52
Cronograma.....	57

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa Trabalho & Vida Urbana em Manaus: Trabalhadoras Domésticas e Ambulantes (1900-1920) se propôs a investigar e analisar as múltiplas dimensões do universo dos trabalhadores dos serviços domésticos e ambulantes de forma articulada, inquirindo-se acerca de seus ambientes de trabalho e de suas vivências urbanas conjuntamente. Algumas suposições a respeito dos resultados desta pesquisa foram feitas, entre elas: se a presença feminina teria ganhado espaço no interior das funções tradicionais, em especial nos serviços domésticos (cozinhar, passar, arrumar, lavar, etc.).

Tais indagações que foram realizadas no projeto de pesquisa foram confirmadas durante as pesquisas, por exemplo, agora sabemos que as interferências étnicas privilegiaram a mão de obra estrangeira – principalmente dos portugueses – em detrimento da local e que sim, durante os anos de 1900 a 1920 foi grande o número de mulheres que se empregaram como domésticas.

O presente relatório está dividido em seis partes, em algumas delas foram feitas subdivisões decorrentes da necessidade de melhor organizar as informações nele contidas.

A primeira parte versa sobre as contribuições que o movimento feminista, a Escola dos Annales e os estudos sobre *gênero* deram para que hoje fosse possível fazer um estudo científico sobre as vivências urbanas das *mulheres trabalhadoras* domésticas e ambulantes. Além disso, reserva um espaço para falar sobre a utilização de jornais em trabalhos científicos e também sobre o universo da classe trabalhadora de Manaus (1900-1920).

A segunda parte traz uma breve discussão sobre os lugares femininos e masculinos construídos historicamente, o *privado* e *público*, respectivamente. Esta seção está subdividida em 4 tópicos, são eles: “Trabalhadoras domésticas para casa e para a rua”, “Ganhando a vida de “portas adentro”: criadas, cozinheiras, e amas”; “Amas”; “Pelas ruas da cidade: lavadeiras e engomadeiras em Manaus (1900-1920)”. Os tópicos citados discorrem acerca das criadas que realizavam serviços dentro da casa dos patrões e as que utilizavam as ruas da cidade como lugar de subsistência.

A terceira seção procura dar conta de esclarecer sobre a participação dos homens nos serviços domésticos. Enquanto a quarta, por sua vez, trata da ampla utilização de crianças

como trabalhadoras domésticas e traz uma subdivisão: “Fuga e resistência”, abordando sobre práticas de resistência utilizadas por crianças que trabalhavam em serviços domésticos. Na quinta parte tratamos da preferência pelo trabalhador luso em detrimento da mão de obra local.

Finalmente, a sexta e última parte é dedicada para discorrermos acerca dos trabalhadores (as) ambulantes da cidade. Está subdividida em 5 tópicos que buscaram dar conta de expor a forma como os ambulantes eram vistos, como era seu cotidiano, as categorias de trabalhadores que se destacaram na época e os conflitos que permearam suas vivências.

Os jornais utilizados para a realização da pesquisa foram coletados no LHIA – Laboratório de História da Imprensa no Amazonas, no IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, nos endereços eletrônicos da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital) e acervo digital do Jornal do Commercio.

Esses periódicos nasceram num contexto de tentativa de transformação da sociedade manauara e, além de informar o leitor sobre os acontecimentos que ocorriam no mundo, os jornalistas que atuavam em seu interior acreditavam ser como uma espécie de “professor” que detinha autoridade/superioridade e que possuíam uma “cartilha” a ser seguida, nela estando contidas as formas “civilizadas” de agir, vestir, os lugares a serem frequentados, etc. Essa explícita imposição de valores advindos de elites ditas civilizadas era o que se queria ver refletido nos hábitos da população local.¹

O período em que o projeto foi desenvolvido nos permitiu traçar um perfil dos rostos dos trabalhadores que esse relatório se propôs a investigar, podemos assim afirmar que aturam nos cenário urbano de Manaus nos anos de 1900-1920 como domésticos (as) mulheres, homens e crianças e que para esses serviços destacavam-se as mulheres, principalmente as portuguesas. No que tange aos trabalhadores (as) ambulantes verificou - se que o elemento estrangeiro, maioria árabes, turcos e em menor quantidade os portugueses dominavam o setor das vendas ambulantes.

Todavia, o tema analisado é assaz amplo, trazendo em si várias categorias de trabalhadores pobres urbanos. Em decorrência desse fato faz-se necessário um estudo mais

¹ Para uma leitura mais detalhada sobre o tem aver. PINHEIRO, *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920*. Tese de Doutorado: PUC-SP, 2001.

aprofundado e individualizado de cada categoria a fim de desvendar com maiores detalhes suas experiências no âmbito do trabalho e dos espaços citadinos.

DESENVOLVIMENTO

1. Considerações iniciais:

Realizar um estudo científico acerca das vivências das *mulheres* nem sempre foi possível, já que estas por muito tempo não foram consideradas como passíveis de análise. Isso se deveu ao fato de a historiografia tradicional ter privilegiado fontes consideradas oficiais, conteúdos políticos e assuntos referentes à esfera pública, impossibilitando assim que o espaço da vida privada ganhasse um lugar na historiografia. Ao desprezar um leque de fontes – como as da imprensa – os personagens comuns e pessoas ligadas ao ambiente do lar – como as mulheres e as crianças – a historiografia positivista fez parecer que essas não tinham uma história, ou que não foram capazes de deixar registros sobre si.

Algumas contribuições foram de extrema importância para que as mulheres saíssem do espaço secundário a que sempre foram relegadas como por exemplo: o movimento feminista e a Escola dos Annales². No âmbito da academia a Escola dos Annales diversificou e ampliou as possibilidades de fontes a serem analisadas, diversificando assim os objetos de estudo do historiador. No espaço da sociedade, o movimento feminista iniciado nos Estados Unidos na década de 60 do século XX engendrou uma série de manifestações que depois se expandiram para outros lugares. Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, essas reivindicações aumentaram a procura por informações sobre o que estava sendo discutido naquele momento. (SOIHET; PEDRO: 2007, p. 285). Portanto, Os Annales e o movimento feminista contribuíram para que as mulheres fossem vistas e alçadas à categoria de objeto estudo da história.

O fato de hoje estarmos estudando *as trabalhadoras* domésticas e ambulantes e não *a trabalhadora* doméstica e ambulante é fruto de uma das contribuições que a categoria de análise *gênero* proporcionou para o estudo da história das mulheres. Desse modo, pudemos

² Cf. Burke, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia.

enxergar essas trabalhadoras pobres da cidade de Manaus do início do século XX sob um “olhar plural”, vendo a diferença dentro da diferença, ou seja, entendendo que mulheres são diferentes dos homens, mas que também são diferentes entre si, não há uma “mulher universal”. E essas várias faces femininas podem ser traduzidas em ser: branca ou negra, pobre ou rica, jovem ou idosa, brasileira ou não. As lutas das mulheres são diferentes, os objetivos são diferentes, bem como os espaços em que estão inseridas não são os mesmos. Além disso, estudar as domésticas e ambulantes sob a ótica das relações de gênero torna mais claro que os papéis masculino e feminino são construções históricas, a existência do papel atribuído à mulher só faz sentido quando comparado ao papel atribuído ao homem, devendo assim ser analisados em conjunto.

O jornal apresenta-se muitas vezes como a única alternativa de se estudar segmentos da sociedade que não produziram registros sobre si – como é o caso dos objetos de estudo deste relatório – e segundo René Barata Zicman, este apresenta vantagens em relação às outras fontes. Entre elas podemos citar:

1. Periodicidade: registro da memória cotidiana;
2. Disposição espacial da informação: contextualização do fato histórico;
3. Tipos de censura: “[...] a imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata”. (ZICMAN: 1985, p. 90).

De acordo com Maria Helena R. Capelato, o jornal foi por muito tempo visto como fonte suspeita para a pesquisa histórica, pois era tido como carregado de subjetividade, o que impossibilitava seu uso em produções científicas. Porém tanto o jornal quanto qualquer outro documento não está livre da subjetividade, pois é fruto da vivência e conjuntura histórica de quem os produz. Segundo a autora, “a historiografia mais recente tem refletido muito sobre o significado do documento e foi a partir das redefinições nesse campo que as ‘suspeitas’ contra a imprensa desapareceram”. (CAPELATO: 1988, p. 20).

Encontrar vestígios das trabalhadoras domésticas e ambulantes nas páginas dos periódicos locais não é tarefa fácil, pois só podemos chegar até elas através de representações masculinas – pois a imprensa local era controlada majoritariamente por homens, embora as mulheres também tenham feito uso dos jornais, ainda que timidamente – ou de anúncios de oferta e procura de empregos. Na cidade de Manaus a imprensa mostrou-se em alguns

períodos como a única alternativa de dar voz a atores da classe popular, principalmente aos trabalhadores, sobre isso Maria Luiza Ugarte Pinheiro explica que,

[...] as fontes de cunho oficial (relatórios, exposições, mensagens de governo, etc.) acabavam reforçando uma postura historiográfica preexistente que, *grosso modo*, silenciava sobre os segmentos populares, em especial sobre os trabalhadores urbanos menos favorecidos. Uma alternativa a esse silêncio documental veio a partir dos recursos às fontes jornalísticas [...] (PINHEIRO: 2001, p. 11).

O universo da classe trabalhadora de Manaus no período compreendido entre 1900-1920 era bastante heterogêneo, fato que se deu pelo grande contingente de imigrantes nacionais e estrangeiros que vieram para cá trabalhar na produção da goma elástica. De acordo com Silvia Maria Quintino Baraúna, a primeira grande leva de imigrantes chegou na cidade no final do século XIX. (BARAÚNA: 2010, p. 12). A maior parte dos estrangeiros que passaram a residir em Manaus eram europeus – uma maioria lusitana – e entre os nacionais, os nordestinos se destacaram, especialmente os cearenses. É importante destacar que os nordestinos tiveram uma motivação a mais para saírem de seu estado, a grande seca de 1877-1878. A população cabocla e índia da cidade passou a conviver com esses imigrantes e a dividir o espaço urbano e o mercado de trabalho.

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa (1900-1920) abrange o período da produção da borracha desde seu auge até sua derrocada. E é nesse contexto de efervescência econômica e transformações urbanísticas decorrentes quase que exclusivamente da produção do látex que estudaremos o trabalho doméstico e informal na cidade de Manaus.

2. Trabalhadoras domésticas na cidade de Manaus (1900-1920)

Qualquer serviço realizado pelas mulheres fora da esfera privada sempre foi visto com desconfiança. A distinção entre o público e o privado era o que ditava o lugar do homem e da mulher na sociedade. As mulheres ao longo da história sempre foram associadas ao âmbito doméstico, lugar onde poderia cuidar da casa e dos filhos, exercendo assim suas “habilidades

inatas”. A barreira que se criou entre a *casa* e a *rua* engendrou “mundos” masculinos e femininos construídos e reforçados historicamente.

Ao homem foi permitido transitar entre a rua e o lar sem sofrer nenhum tipo de censura, mas quando essa atitude era tomada por mulheres, estas eram reprimidas e estigmatizadas. Para a realidade francesa do século XIX, Michelle Perrot nos conta que a cidade era um lugar para as mulheres e nela podíamos perceber com muita clareza a diferença entre homens e mulheres,

[...] ainda mais para as mulheres cuja virtude ela ameaça. A cidade prostituída, prostituidora, culmina na representação da “Paris-Babilônia”. É significativo o vocabulário que opõe, por outro lado, a “mulher pública”, o horror, ao “homem público”, a honra. A primeira é a propriedade comum – a prostituta; o segundo, a própria figura da ação. O espaço público, do qual a cidade é uma forma, sublinha com veemência a diferença entre os sexos. (PERROT: 2005, pp. 343-344).

Para a cidade de Manaus, guardadas as devidas proporções, o quadro descrito acima também se fez presente. As mulheres das classes mais abastadas tiveram mais dificuldade de sair do espaço privado, porém, as mulheres das classes mais populares tiveram acesso aos espaços da cidade, no entanto, sofreram com essa limitação com os preconceitos, porém para elas, sair dos limites domésticos, se ausentar da presença masculina e até mesmo familiar foi um ato além de coragem, visto os preconceitos em voga na época, mas de luta pela sobrevivência. Embora visto de forma preconceituosa, o trabalho feminino era permitido apenas para complementar o orçamento familiar, sendo visto com desconfiança pela sociedade. Também trabalhavam as mulheres pobres – em especial as solteiras – que eram responsáveis por promover o sustento do lar. Nesse sentido, as mulheres populares possuíam uma “liberdade” maior que as mulheres abastadas, visto que estas últimas viviam sob um controle mais rigoroso. Sair à rua poderia por em risco a honra da mulher e, conseqüentemente, a de sua família.

Percebe-se que restrições à mobilidade eram impostas com maior rigor às senhoras que compunham os segmentos abastados, para as quais as regras sociais vigentes impunham uma conduta moral ilibada, de dedicação integral à vida doméstica. [...] Inversamente, mulheres associadas a uma condição social

subalterna e, dentre elas, as que ostentavam a condição jurídica de escravas, mostravam ter maior mobilidade nos espaços citadinos, podendo transitar “livremente” pelas ruas (ou pelo menos em algumas localidades da cidade) era fruto da necessidade decorrente do mundo do trabalho, também ele restrito a funções específicas. Lavadeiras, costureiras, e vendedoras ambulantes de doces e outras guloseimas estavam entre os empregos femininos que mais favoreciam esse contato com o mundo da rua. (PINHEIRO: 2001, pp. 218-219).

Os jornais da época foram um meio pelo qual essas trabalhadoras puderam encontrar ofertas de empregos e até mesmo oferecer sua força de trabalho, como veremos a seguir.

2.1. Trabalhadoras domésticas para a casa e para a rua:

O serviço doméstico dividia as trabalhadoras em dois grupos: as internas, que trabalhavam dentro da casa dos patrões; e as externas, que trabalhavam em serviços fora do lar, transitando pelas ruas da cidade constantemente. A esses dois grupos Sandra Lauderdale Graham em “Proteção e obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910” denomina de trabalhadoras de “portas adentro” e que ‘saíam às ruas’.

Cozinheiras, amas de leite, mucamas, costureiras – todas elas pertenciam aos domínios do trabalho portas adentro, trabalho que as fazia testemunhas e, em certa medida, participantes da vida diária do senhor e da senhora. Em contraste com as que permaneciam “atrás das portas”, os patrões com bom número de escravos ou criados alugados reservavam outra categoria de trabalho para as domésticas que “saíam às ruas”. Estas incluíam as lavadeiras, as carregadoras de água e as que faziam compras no mercado ou de vendedores locais. (GRAHAM: 1992, p. 51).

Na Manaus do início do século XX os trabalhadores (as) que exerciam seus serviços no interior das residências como domésticos eram as criadas, as cozinheiras e as amas de leite; e aqueles considerados como os que ‘saíam às ruas’ eram as lavadeiras e engomadeiras, como veremos adiante mais detalhadamente.

Pelos anúncios podemos perceber que o trabalho de cozinheira, passadeiras e lavadeiras eram muito requisitados e que estas mulheres já nesta época possuíam uma segunda jornada de trabalho.

Servente

Na casa à rua Barroso, n. 21, precisa-se de uma criada que saiba lavar, engomar e prestar pequenos serviços domésticos . Paga-se bem, agradando, e prefere-se moça, ou pessoa de meia idade. (Quo Vadis?, 19 de dez. de 1902).

Cosinheira

Precisa-se de uma – a tratar na rua dos Barés n. 7 - Casa Emporio Familiar [...] (Quo Vadis?, 28 de dez. de 1902, p. 3).

Creada

Precisa-se de uma que durma em casa. Casa de duas pessoas de familia. Rua Itamaracá n. 17 (Junto á Casa Panhola). (Jornal do Commercio, 5 de jan. de 1904, p. 5).

Cosinheira

Precisa-se de uma boa cosinheira a rua dos Remédios n. 6. Paga-se bom ordenado. Quem não estiver em condições é escusado apresentar-se. (Jornal do Commercio, 13 de jan. de 1904, p. 4).

Copeira

Precisa-se de uma à avenida Eduardo Ribeiro n. 82. Sobrado. Paga-se bem. (Correio do Norte, 3 de dez. de 1911, p. 2).

Offerece-se

Um casal sem filhos para serviços domésticos, dão fiança de sua conducta. A' tratar na rua dos Mundurucús n. 1 (Barbearia). (Jornal do Commercio, 1º de dez. de 1905, p. 5).

Lavadeira e engomadeira

Pode ser procurada na rua Monsenhor Coutinho n. 100. (Jornal do Commercio, 4 de jan. de 1904, p. 7).

Para fazer a divulgação aos trabalhadores (as) interessados, os jornais utilizavam nos anúncios expressões de época, como “creada”, “servente”, “cosinheira” e especificavam a função oferecida bem como o sexo e a idade do trabalhador (a) que se queria, como percebemos na expressão “prefere-se moça, ou pessoa de meia idade”.

Outras vezes, nos deparamos com as expressões “paga-se bem, agradando” ou “quem não estiver em condições é escusado apresentar-se”. Isso demonstra como o trabalhador (a) estava sujeito á subjetividade de seus empregadores, tendo em vista que este é que iria julgar a eficiência dos serviços realizados e pagar de acordo com seu agrado.

No anúncio do Jornal do Commercio de 5 de janeiro de 1904, podemos ver a procura por criadas que dormissem no local de trabalho – “precisa-se de uma que durma em casa”, esse anúncio demonstra o controle que os patrões exerciam sobre a vida e o tempo livre dos criados (as). Ainda no mesmo anúncio, outro detalhe da família de empregadores – “casa de duas pessoas de familia”, sugerindo assim que a criada não teria muito serviço para fazer.

Além dos anúncios de interessados à procura de trabalhadores, também havia anúncios de pessoas oferecendo sua força de trabalho, como nos mostra o Jornal do Commercio do dia 1º de dezembro de 1905 – “Offerece-se um casal sem filhos para serviço domesticos”. Quando o casal esclarece que não tem filhos pode-se entender que esse era um critério relevante para a contratação, pois a presença de uma criança poderia interferir no desempenho e tempo dedicado ao trabalho. O casal afirma também ser de boa conduta e ter como provar

isso - “dão fiança de sua conducta”. A conduta do casal poderia ser comprovada através de uma caderneta que continha a avaliação de seu último empregador, pois os trabalhadores do serviço doméstico “eram obrigados pela municipalidade a registrar-se na Intendência para, a cada vez que mudassem de emprego, dar ao novo patrão um perfil de seu desempenho [...]”. (COSTA: 2014, p. 97).

Apesar do trabalho fora do lar não ser totalmente aceito, as *mulheres* (e homens!) das classes subalternas extrapolaram as fronteiras da esfera doméstica. Movidas pela necessidade financeira saíram as ruas tornando-se *públicas*. Segundo Michelle Perrot, “as mulheres do povo circulam, usam a cidade como uma floresta, um território de livre percurso onde se pode encontrar sua subsistência e ganhar a vida”. (PERROT: 2005, p. 347).

Um estudo realizado por Flavia Fernandes de Souza, “Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX”, nos permite tecer comparações acerca do processo em que se deu o serviço doméstico em Manaus e no Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro do século XIX “o ‘serviço doméstico’ agregava grande parte das classes trabalhadoras [...]”. (SOUZA: 2009, p. 95).

A cidade do Rio de Janeiro também contava com uma agência especializada em “empregar todos os que precisam trabalhar” .

Não se deve perder de vista o fato de que o serviço doméstico parece ter sido um setor extremamente importante para a atuação de estabelecimentos que se dispunham a agenciar trabalhadores nas décadas finais do Oitocentos. Por intermédio de anúncios que foram publicados no *Jornal do Commercio*, ao longo desse período, é possível perceber o quanto deveria ser significativo o número de estabelecimentos agenciadores que operavam, portanto, com o aluguel de trabalhadores domésticos. (SOUZA: 2009, p. 116).

Manaus também contou com agências que procuravam organizar, concentrar e até mesmo tentar regulamentar as questões referentes a esse tipo de mão de obra, se comprometendo a empregar todos os que quisessem trabalhar, com a exigência de que tivessem um atestado de conduta, como foi o caso da “Agencia rapido. Aviso ás pessoas que quiserem empregar-se por intermédio d’esta agencia, a virem munidas de attestados e firmados por pessoas conhecidas. [...]”. (Amazonas, 19 de jul. de 1905, p. 4).

Não podemos afirmar que apenas a *Agencia rapido* tenha existido na cidade de Manaus, porém, as fontes a que tivemos acesso até esse momento, só nos permitem falar sobre esta agência empregadora.

2.1.1 Ganhando a vida de “portas adentro”: criadas, cozinheiras e amas.

Criadas e cozinheiras são ocupações difíceis de enquadrar nos termos “portas adentro” ou que “saíam às ruas”, pois estas apesar de passarem a maior parte do seu tempo de trabalho dentro da casa de seus patrões, constantemente eram mandadas às compras no mercado ou a alguma outra atividade que exigia sua ida às ruas.

Uma pequena crônica publicada no *Correio do Norte* de 1909 intitulada de “*Cosinheiras*”, nos permite, em grande medida, entender melhor como as cozinheiras e empregadas domésticas eram vistas pela população da época em Manaus e como se processava o seu cotidiano, sua vida diária com afazeres da casa e nas suas relações com as patroas:

[...] No dia seguinte, não veio. A mãe adoecera e não tinha senão ella, a cosinheira, para fazer-lhe as coisas.
Cinco ou seis dias decorridos, esqueceu de comprar a sobremesa...porque o dinheiro não chegara.
-Como? Pois não lhe dei doze mil réis?
-Mas é que tive de comprar os mussuans e os carangueijos que a senhora pediu.
-E gastou n isso...?
-Eh, senhora, não estou acostumada a isto. Tenho estado em muitas casas, dão-me o dinheiro para as despesas e não me tomam contas.
Epilogo: rua!

Este pequeno trecho deixa transparecer algumas das obrigações das empregadas domésticas, como a da cozinheira citada, que além de preparar as refeições, era responsável por fazer as compras e regular o dinheiro de modo que não faltasse nenhuma encomenda feita pela patroa. Ademais, a última frase demonstra uma intensa rotatividade das empregadas domésticas em diferentes casas de famílias: “[...] *tenho estado em muitas casas, dão-me dinheiro para as despesas e não me tomam contas*”.

Não só o serviço diário era cheio de regras e critérios, mas também o próprio processo de contratação, desde o anúncio nos jornais até a entrevista com as possíveis domésticas.

Precisa-se de uma bôa creada para a arrumação de quartos, no Grand-Hotel.
(O Diario de Noticias, 14 de mar. de 1900).
Criada

Precisa-se d'uma criada para todo o serviço d'uma casa de pequena familia, na Avenida Eduardo Ribeiro n. 13, sobrado. (Commercio do Amazonas de 1900, nº 137, p. 2).

Empregado

Precisa-se de uma mulher que lave, engomme e cosinhe para um casal sem filhos, com moradia no emprego. A tratar na casa n. 223 á Estrada 7 de Dezembro. (Quo Vadis? 10 de mar. de 1903, p. 3).

Cosinheira

Precisa-se de uma, que entenda do officio; paga-se bem, agradando. A tratar no Emporio Familiar. Rua dos Barés, n. 7, em frente ao Mercado Publico. Manáos 28 de março de 1903. (Quo Vadis? 31 de mar. de 1903, p. 3).

Cosinheiras e creada

Na casa Japeym à rua Marquez de Santa Cruz n. 5 informa-se quem precisa de 3 cosinheiras e uma creada. (Quo Vadis? 6 de jan. de 1904, p. 3).

Cosinheira

Precisa-se de uma que saiba tratar de doente. Rua Marcílio Dias n. 38. (Quo Vadis? 1º de mar. de 1904, p. 2).

Creada

Precisa-se de uma para serviços domesticos, a tratar a rua Municipal 101. (Amazonas, 5 de jul. de 1905, p. 4).

Cosinheira

Precisa-se de uma cosinheira para casa de familia, devendo conhecer bem o serviço e que seja morigerada. Agradando paga-se bem. A tratar na praça da Saudade n. 12. (Amazonas, 26 de jul. de 1905, p. 3).

Precisa-se de uma empregada para cozinhar e mais alguns serviços domesticos. Para tratar á rua Ramos Ferreira 31. Canto da Tapajós. (Amazonas, 6 de ago. de 1905, p. 3).

Para pequena familia na cidade de Xapury precisa-se de duas criadas, uma para lavar e engommar e outra para cosinhar. A tratar no Hotel Cassina. Quarto n. 40. (Correio do Norte, 16 de mar. de 1910, p. 3).

As empregadas domésticas poderiam ser contratadas para realizar uma única atividade ou para fazer todo o serviço de uma casa, como podemos ver nos anúncios dos periódicos que circulavam em Manaus no período estudado (1900 a 1920). E tratando-se de uma casa com muitos empregados - como no anúncio do *Correio do Norte* de 16 de março de 1910: “[...] *precisa-se de duas criadas, uma para lavar e engommar e outra para cosinhar.*” - Maria Izilda Santos de Matos em seu artigo intitulado “Na trama urbana: Do público, do privado e do íntimo” nos conta que “a rotina diferenciava-se de casa para casa. Numa residência com muitos empregados havia rigorosa hierarquia e delimitações de funções, e alguns mais especializados chegavam a se recusar a realizar serviços para os quais não tinham sido contratados”. (MATOS, 1996, p. 139).

Critérios importantes para a contratação dessas domésticas e que influenciavam na sua remuneração era seu nível de qualificação para o serviço em questão e ter um bom comportamento, os anúncios acima deixam isso bem claro através das expressões “Cosinheira - precisa-se de uma, *que entenda do officio [...]*”, “precisa-se de uma cosinheira para casa de

familia, *devendo conhecer bem o serviço e que seja morigerada*”, “[...] *paga-se bem, agradando*”.

De acordo com Maria Aparecida Prazeres Sanches em “Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900-1950”,

A boa remuneração de uma doméstica era proporcional à sua especialização, experiência e idade. Quando nos anúncios aparecia a palavra *perita* significava que a candidata deveria garantir o serviço, ser boa conhecedora da função, deixava-se claro que a experiência seria um condicionante importante na hora de fechar o contrato com a doméstica. (SANCHES: 1998, p. 80).

Outro condicionante importante na hora de contratar um empregada doméstica era a exigência da mesma dormir na casa dos patrões, como nos mostra o anúncio do *Quo Vadis?* de 10 de março de 1903: “Precisa-se de uma mulher que lave, engomme e cosinhe para um casal sem filhos, *com moradia no emprego*”. A respeito da exigência da empregada dormir no local do emprego Sanches afirma que isso poderia representar uma solução para aqueles (as) que não tinham onde morar.

Se para a maioria da população das cidades, morar constituía sempre um problema difícil, o trabalho doméstico, na maioria das vezes, aparecia como uma solução frente as dificuldades de encontrar um lugar para residir, pois uma das normas do serviço previa a permanência da doméstica no local de trabalho. (SANCHES: 1998, p. 51).

Passada a primeira parte do processo de contratação, a de encaixar-se no perfil trabalhador (a) exigido, vinha a segunda, a entrevista, parte decisiva onde fechava-se ou não o contrato com a suposta empregada doméstica.

[...] Era uma faceira mulata. Preta Luzidia, rescendendo a periperioca.

- E' vosmicê, minha branca, que procura cosinheira?

- Eu mesma. Casei-me ha dez dias e preciso de uma bôa cosinheira.

- Apois eu estou nas condição.

- Exijo referencias...

-Ora, minha branca, é facel.

Estive na casa do dr. Sá e Souza, fui cozinheira do dr. Acatauassú, do Commendador Jorge da Palmeira...

- Pois fique. [...]. (Correio do Norte, 10 de jun. de 1909, p. 1).

Embora o breve diálogo acima seja esclarecedor sobre os costumes de uma época e também sobre a forma de como a contratação se dava em alguns casos, ele não representa fielmente a forma de como os contratos entre patrões empregados eram fechados, pois em Manaus no início do século XX era necessário que os trabalhadores do serviço doméstico fossem registrados na Intendência Municipal e tivessem uma caderneta com as referências dos seus últimos patrões, sobre isso Deusa Costa, em “Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890/1915)” afirma que:

Como outras categorias, eles [os empregados domésticos]³ eram obrigados pela municipalidade a registrar-se na Intendência para, a cada vez que mudassem de emprego, dar ao novo patrão um perfil de seu desempenho como trabalhador, pois na caderneta constava sua conduta com o último patrão. (COSTA: 2014, p. 97).

Além da caderneta de controle da conduta dos trabalhadores domésticos, também se fazia necessário para exercer esse ofício um contrato entre patrões e empregados. Em “A ilusão do fausto, Manaus – 1890-1920” Edinea Mascarenhas Dias diz que:

[...] o cumprimento do regulamento estabelecido pela Lei nº 53, de 1º de dezembro de 1896, que torna obrigatória a matrícula para o respectivo serviço, exige que o contrato seja feito entre amos e criados, um se obrigando a prestação temporária de serviços e o outro ao seu pagamento. (DIAS, 2007, p. 143).

A regulamentação do serviço doméstico não ocorreu apenas em Manaus, em São Paulo também foi criada uma lei que regulamentava essa prática, embora nunca tenha entrado em vigor de fato. Em “Cotidiano e cultura: história cidade e trabalho”, Maria Izilda Santos de Matos mostra que:

[...] em 12 de junho de 1914 foi aprovada a Lei n. 1.794 [...] que regulamentava a matrícula e identificação dos criados de servir. O fato é que, apesar de promulgada, até 1925 ainda não tinha sido regulamentada, nem posta em execução, entre outros motivos porque a prefeitura não organizou o serviço de identificação. (MATOS: 2002, p. 178).

O cotidiano das empregadas domésticas na cidade de Manaus no início do século XX era permeado de controle, cobranças e desconfianças por parte do patronato. Era comum as

³ Grifo nosso.

patroas perguntarem pelo uso do dinheiro que tinham dado a estas para a compra de algum alimento, a verificação se a quantidade de alimentos comprados estava de acordo com o pedido feito, etc.

[...] Quatro dias depois a *mulhersinha*, que acudia ao nome de Rita, *foi rodando...*

Fôra apanhada em falta, no peso da carne. Em vez de trez kilos, trouxera dois, a *expertalhona*.

[...] E assim são todas ellas, as malditas *cosinheiras*, as terriveis *cosinheiras*, as implacaveis, as medonhas *cosinheiras*! (Correio do Norte, 10 de jun. de 1909, p. 1).

Pela leitura do trecho acima percebemos que a empregada doméstica passava por um período de teste, no qual era observada em todos os seus afazeres, se esta era honesta, se enganava ou não os patrões na hora de fazer as compras com o intuito de ficar com um pouco do dinheiro para si, etc. Além disso, o autor da pequena crônica tenta construir a imagem das cozinheiras como mulheres desonestas quando as define como “*mulhersinha*”, “*expertalhona*”, “*e assim são todas ellas*”, “*as malditas cosinheiras*”, “*as terriveis cosinheiras*”, “*as implacaveis cosinheiras*”, “*as medonhas cosinheiras*”. Ao final do período de observação era decidido se a empregada ficaria trabalhando na casa ou se seus serviços seriam dispensados: “Quatro dias depois a *mulhersinha*, que acudia ao nome de Rita, *foi rodando*”. Conforme fosse decidido fechava-se o contrato com a doméstica ou colocava-se no jornal um novo anúncio procurando por cozinheira.

2.1.2. Amas:

Dentre as funções que se realizavam “portas adentro”, a de ama era a mais privilegiada. As amas, fossem elas de leite ou seca, usufruíam de certos privilégios desconhecidos pelas outras criadas, pois recebiam cuidados especiais com a saúde, alimentação, vestimentas e melhores salários. O contato direto dessas trabalhadoras com os filhos dos patrões despertava não só cuidados, mas também uma forte vigilância para que essas não saíssem às ruas, não ficassem doentes e por fim, não contaminassem as crianças. Segundo Maria Izilda Matos, “os patrões se preocupavam com a possibilidade de que as amas infectassem as crianças, principalmente com tuberculose e sífilis”. (MATOS: 2002, p. 150).

O fato de as amas ganharem mais que as cozinheiras ou arrumadeiras se da pelo motivo da grande responsabilidade conferida a elas, pois tinham que cuidar e alimentar os filhos dos patrões. A esse respeito Matos afirma que:

Esse ganho mais elevado, se comparado com outras funções, devia-se à responsabilidade dessas criadas a quem os patrões confiavam a vida e os cuidados de seus filhos, e também porque esse serviço requeria muita paciência, dedicação e cuidados, além de asseio constante, pois para que a ama pudesse manter a criança e a si própria limpas tinha que fazer constantes e generalizadas trocas de roupa, em geral toda vez depois de amamentar. (MATOS: 2002, p. 149).

Na cidade de Manaus a procura por amas de leite e seca era grande, havendo também solicitações de amas para trabalharem no interior ou outros países. Nos anúncios abaixo podemos confirmar esse costume da época: “Ama – precisa-se de uma *para acompanhar uma creança, de Manáos á Lisbôa*”, “Precisa-se de uma, *para o interior*, logar sadio, paga-se bem”, “Precisa-se de uma *ama para acompanhar uma familia para a Europa*”.

Aluga-se uma moça de cor para casa de familia, para ama seca ou lavadeira. Trata-se no hotel Sal e Pimenta, Chegou no Espírito Santo. (Commercio do Amazonas, 19 de dez. de 1900).

Precisa-se de uma mulher não muito moça, para servir de companhia a uma creança. A tratar á estrada Silverio Nery n. 108. (Quo Vadis?, 19 de dez. de 1903).

Criada chegada da Europa

Sem pratica, oferece-se para ama secca, ou para casa de um casal. Pode ser procurada na rua dos Barés n. 29. (Amazonas, 25 de jul. de 1905, p. 3).

Ama

Precisa-se de uma com leite fresco. Avenida Silverio Nery 188. (Amazonas, 25 de jul. de 1905, p. 3).

Ama secca

Precisa-se de uma na Rua Epaminondas 74. (Amazonas, 22 de ago. de 1905, p. 3).

Creada

Precisa-se de uma, para acompanhar uma creança, de Manáos á Lisbôa. Trata-se na Avenida Silverio Nery n. 185. (Correio do Norte, 17 de fev. de 1906, p. 2).

Ama de leite

Precisa-se de uma, para o interior, logar sadio, paga-se bem. Quem estiver nas condições, dirija-se a Estrada Epaminondas n. 140 (Avenida Dr. Constantino Nery). (Correio do Norte, 23 de fev. de 1906, p. 3).

Ama

Na casa n. 123 da estrada dr. Moreira, precisa-se de uma ama, pagando-se bem. (Correio do Norte, 20 de novembro de 1909, p. 2).

Precisa-se de uma ama para acompanhar uma familia para a Europa. Trata-se a rua Monsenhor Coutinho n. 24. (Correio do Norte, 6 de jan. de 1911, p. 2).

Ama

Precisa-se de uma senhora de 25 a 30 annos para ter a seu cargo duas creanças e administrar uma casa no interior, logar sadio. Dirija carta a rua dos Remedios, 40. Quarto nº 23. (Jornal do Commercio, 15 de abril de 1915, p.1).

Precisa-se de uma ama de leite. A tratar na Villa Georgette, n. 15. (Jornal do Commercio, 10 de abril de 1920, p. 1).

A preferência por criadas que não fossem muito jovens era uma prevenção dos patrões contra futuros problemas ou inconveniências que estas pudessem causar, como namoros ou gravidez. Segundo Sanches,

A preferência por garotas púberes ou mulheres de meia idade para serem pajens de crianças decorria de um mesmo receio: o de empregar para tal atividade mulheres com vida sexual ativa e, por isto mesmo, passíveis de transmitir doenças às crianças por elas vigiadas. (SANCHES: 1998, p. 90).

O “aleitamento mercenário”⁴ era uma preocupação não só dos patrões, mas também das autoridades sanitárias, sobre isso Matos no conta que,

A alta mortalidade infantil e a preocupação com a eugenia são elementos que caracterizaram o discurso médico-sanitarista do período, que procurava prescrever normas referentes aos cuidados a serem dados às crianças e introjetar uma nova imagem da maternidade, questionando as mulheres que, por desleixo ou vaidade, não queriam amamentar os filhos. (MATOS: 2002, p. 152).

A ama de leite era uma ocupação temporária, pois, “o trabalho cessava quando do desmame”. (SANCHES: 1998, p. 86). Já as mulheres que eram contratadas para serem amas secas – acompanhantes ou pajens – poderiam permanecer na casa “mesmo depois que as crianças tivessem crescido, como uma velha e respeitada figura que merecia afeição e cuidados”. (GRAHAM: 1992, p. 61).

De acordo com Maria Aparecida Sanches, o “aleitamento mercenário” foi costume em todo o Brasil. (SANCHES: 1998, p. 86). E em Manaus foi uma prática verificada durante todos os anos que esta pesquisa pretendeu dar conta, ou seja, desde 1900 até 1920.

⁴ Cf. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada 3. Da renascença ao século das luzes.

2.1.3. Pelas ruas da cidade: lavadeiras e engomadeiras em Manaus (1900-1920):

“A lavagem de roupa era uma das principais ocupações de qualquer lar”. (GRAHAM: 1992, p. 54). Lavar e engomar eram atividades realizadas por mulheres, seja nos seus lares como donas de casa – das classes populares – ou lavando roupa para outras famílias, como uma forma de sustentar o lar caso fosse solteira, ou para complementar a renda da família. Nos anúncios dos periódicos que circulavam na época podemos ver anúncios de lavadeiras e engomadeiras sendo procuradas ou oferecendo seus serviços: “Lavadeira e engomadeira - *“Encarrega-se de roupas lavadas e engomadas, com esmero e asseio [...]”*”, “*Lavadeira e engomadeira – Pode ser procurada na rua Monsenhor Coutinho n. 100*”, “*Precisa-se de uma lavadeira engomadeira [...]”*”.

Lavadeira e engomadeira

Encarrega-se de roupas lavadas e engomadas, com esmero e asseio, à rua Oriental n. 5. (Commercio do Amazonas, 20 de maio de 1900).

Precisa-se de uma lavadeira engomadeira, á rua Municipal nº 181. (Quo Vadis?, 12 de fev. de 1903).

Lavadeira e engomadeira

Pode ser procurada na rua Monsenhor Coutinho n. 100. (Jornal do Commercio, 4 de jan. de 1904).

Lavadeira

Precisa-se de uma na Estrada Epaminondas numero 17. (Jornal do Commercio, 27 de abr. de 1915).

Lavadeira que saiba engommar, precisa-se de uma. A tratar á av. J. Nabuco, 187. (Jornal do Commercio, 29 de jun. de 1915).

Lavadeira e engomadeira

Lavadeira-engomadeira

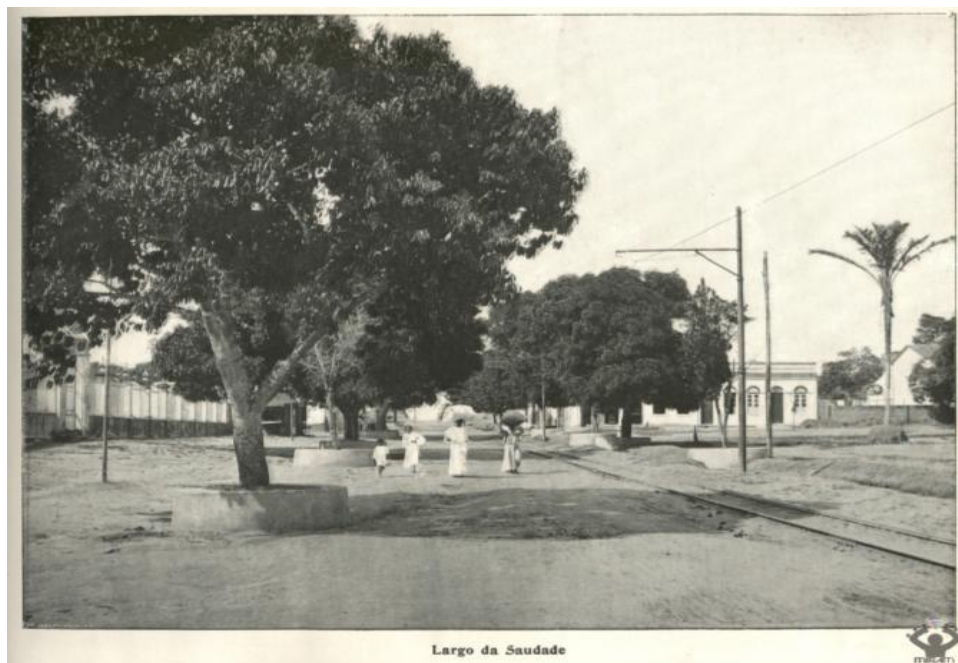
Precisa-se de uma lavadeira engomadeira á rua Joaquim Sarmiento n. 68. Paga-se bom ordenado. (A Capital, 7 de novembro de 1917).

A’ rua 10 de Julho nº 71, precisa-se de uma lavadeira e engomadeira, que entenda do officio, principalmente para roupa de homem. Quem não estiver em condições é melhor não se apresentar. (Imparcial, 23 de mar. de 1918).

A vida dessas lavadeiras certamente era cheia de contratemplos. Cuidar da própria casa, dos filhos, dar conta das encomendas dos clientes, fazer caminhadas com as trouxas de roupa na cabeça até os igarapés, refazer a trajetória voltando para casa, onde ia dar continuidade na sua labuta diária de engomar as roupas. A foto abaixo retirada Álbum do Amazonas nos mostra essas trabalhadoras acompanhadas de uma criança, provavelmente porque esta não tinha com quem ficar em casa, passando assim a conhecer e aprender o ofício

de lavadeira. A presença dos filhos no local de trabalho sugere que estas mulheres eram mães solteiras e, portanto, únicas provedoras do lar.

Lavadeiras no Largo da Saudade



Fonte: Álbum do Amazonas (1901-1902)

Segundo Deusa Costa, “nas atividades como a lavagem e passagem de roupas, o predomínio era de rostos mestiços, mais afeitos aos espaços do igarapé, onde desenvolviam seu labor [...]” (COSTA: 2014, p. 90).

Se na Manaus do início do século XX as mestiças eram maioria no serviço de lavagem e passagem de roupas, Maria Izilda Matos nos informa que em São Paulo nos anos de 1890-1930 “a lavagem de roupa era uma das (sic) ocupações mais procuradas pelas portuguesas, prioritariamente casadas. Era costume difundido o gosto das portuguesas pelo canto, que ritmava o movimento laborioso das mãos [...]” (MATOS: 2002, p. 84).

Além de ter que dividir seu tempo entre os afazeres da casa e ter que dar conta de entregar as encomendas de lavagem e passagem de roupa no prazo, as lavadeiras ainda tinham que enfrentar a fiscalização que as multavam se estas fizessem algo que fosse contra as normas do Código de Posturas da cidade, como foi o caso da lavadeira Josepha Garcia, que teve que pagar uma multa por estender roupas nas janelas de seu prédio:

[...] Approvo a multa imposta pelo fiscal chefe a d. Josepha Garcia, na importância de 20\$000, pelo facto de haver feito das janellas do predio á rua Municipal, esquina da rua da Installação, estendedeiro de roupa, infringindo assim, o art. 125 do Cod. de Posturas, para cujo cumprimento, chamo a attenção do fiscal chefe e demais empregados da fiscalização. (Correio do Norte, 28 de mar. de 1906, p. 2).

As lavadeiras da cidade de Manaus além de terem lugares específicos para estender as roupas, também sofriam com as normas de utilização dos igarapés, que limitavam sua clientela: “Foi intimada a sra. Maria Augusta a não continuar a lavar roupa dos doentes da Beneficente Portuguesa no igarapé próximo á casa dos sr. Mentor de Vasconcellos”. (A Federação, 25 de jul. de 1900, p. 1). Segundo Maria Aparecida Sanches, “[...] as lavadeiras foram alvo constante de reclamações nos periódicos da cidade”. (SANCHES: 1998, p. 66).

Como garantia de que realmente fossem receber o pagamento pelas roupas passadas e/ou lavadas, as lavadeiras não realizavam as entregas, chegando até mesmo a ir à delegacia formalizar a denúncia. As colunas policiais dos jornais estão repletas de casos de lavadeiras denunciando e cobrando pagamento e sendo alvo de denúncias por parte daqueles que contratavam seus serviços.

Cecilia Pereira Dutra, lavadeira, moradora á rua Cearense, n. 20, queixou-se hontem, na estação policial, contra a preta Antonia de França, mulher de vida alegre, moradora no Hotel do Commercio, á rua Municipal, por esta negar-se a pagar-lhe a quantia de 50\$000 que lhe é devedora, devido a lavagem de sua roupa. A policia tomou providencias. (A Federação, 31 de out. de 1900).

Cecilia Amelia, moradora á rua S. Vicente queixou-se do proprietário do Colyzeu Amazonense, que não lhe quer pagar 120 bagarotes, que lhe é devedor, proveniente da lavagem da roupa. A autoridade de permanência tomou conhecimento do facto. (Commercio do Amazonas, 20 de dez. de 1900, p. 2).

Maria Francisca, moradora á rua Costa Azevedo, queixou-se a policia de uma lavadeira, que tendo conduzido a sua roupa para lavar, nega-se agora a entrega-la, alegando ser a queixosa devedora de 16\$000. A autoridade tomou as necessarias providencias para que ambas ficassem satisfeitas. (Correio do Norte, 11 de jun. de 1909).

As Elviras se estranham

Elvira Alves, residente á estrada Epaminondas n° 50, queixou-se, hontem, na delegacia do 2° districto, contra sua lavadeira Elvira Garrido, residente á rua 24 de Maio n° 57. Por não querer entregar sua roupa, pelo facto da queixosa, dever-lhe pequena importancia. A autoridade de permanencia providenciou, mandando intimar a lavadeira a restituir a roupa em questão. (A Capital, 30 de jul. de 1917, p. 2).

Não só em conflitos por falta de pagamento envolviam-se as lavadeiras. Também apareciam envolvidas em brigas de vizinhança, como ocorreu com Ida Spence e Rita de Jesus:

A barbadiana e a lavadeira

Ida Spence, domiciliada á rua Vinte e quatro de Maio tem vivido ultimamente em sobreditos por causa da lavadeira Rita de Jesus, que, sendo sua desaffecteda desde longa data não se cansa de insulta-la com gestos e palavras offensivas á moral. Estando hontem a porta de sua casa e sendo provocada novamente por sua inimiga não teve outro recurso senão por de lado a tolerancia e passar uma reprimenda em regra na lavadeira. O facto despertou logo a attenção de um policial que receioso de graves consequencias convidou as duas a um ajuste de contas na delegacia auxiliar. (Jornal do Commercio, 30 de abr. de 1920, p. 1).

Se em Manaus os conflitos envolvendo lavadeiras se davam por falta de pagamento ou por desentendimentos entre vizinhas, em São Paulo eles ocorriam no próprio local da lavagem de roupas:

Os conflitos cotidianos envolvendo lavadeiras estão presentes na imprensa diária e nos relatórios dos chefes de polícia. Umas brigavam porque passaram à sua frente na utilização da bica, porque “sujou a minha roupa no quaradouro”, “porque me deu com o tamanco na cabeça”, “por ter retirado um bambu de estender roupa”. (MATOS: 2002, p. 146).

Segundo Michelle Perrot, “entre as mulheres e a água o vínculo é imemorial”. Referindo-se aos lavadouros franceses, lugar onde essas mulheres lavavam a roupa. A autora afirma que estes eram qualquer lugar onde existisse água. (PERROT: 2005, p. 356).

Lavadeiras à beira do igarapé



Fonte: Álbum do Amazonas (1901-1902)

Nesse sentido, e feitas as devidas proporções, vemos que a cidade de Manaus até o início do século XX e início também de uma normatização dos usos dos igarapés, teve seus “lavadouros”. Os vários igarapés que havia na cidade foram ponto de encontro, de trabalho e de conversa para muitas lavadeiras e donas de casa, acabando por constituir verdadeiras redes de sociabilidade, onde essas podiam falar da rotina, dos filhos, dos patrões exigentes, das reclamações corriqueiras de mulher atarefada e ajudarem-se. Ainda sobre os lavadouros Perrot explica que,

O lavadouro aparece também como um lugar ambivalente. Centro de uma real solidariedade feminina, material (fazem-se ali coletas para as mulheres “em apuros”), afetiva, cultural, de uma cultura popular de bairro da qual as lavadeiras e as donas-de-casa são um dos pilares [...] o lavadouro é também um meio de educação do espaço-tempo da dona-de-casa [...] (PERROT: 2005, p. 357).

3. Homens no serviço doméstico:

Os homens também se fizeram presente trabalhando nas atividades do lar, embora os anúncios procurando por estes apareçam em menor número do que aqueles que buscam

mulheres, a presença masculina no serviço doméstico na Manaus do início do século XX ajuda a desmistificar a ideia de que somente mulheres se ocupavam das “coisas da casa”.

Precisa-se

De um cozinheiro ou cozinheira a tratar na rua 24 de Maio n. 43. (Jornal do Commercio, 7 de jan. de 1904, p. 6).

Precisa-se de um rapaz ou uma moça para copeira e uma cosinheira – A’ rua dr. Moreira, 59. (Jornal do Commercio, 4 de dez. de 1907, p. 3).

Creado

Precisa-se de um pequeno até 15 annos, para casa de pequena familia, preferindo-se portuguez. Trata-se na Revista Commercial, á praça Tamandaré n. 2. (Jornal do Commercio, 19 de abril de 1906, p. 2).

Creado

Precisa-se de um de conducta afiançada e que entenda de todo o serviço doméstico. A tratar no Vale Quem Tem à rua Municipal [...]. (Jornal do Commercio, 31 de maio de 1906, p. 2).

Cosinheiro e copeiro

Precisa-se de um cosinheiro e um copeiro à rua Henrique Martins n. 67. (Jornal do Commercio, 3 de jun. de 1906, p. 3).

A solicitação nos anúncios por “cosinheiro ou cosinheira”, “um rapaz ou uma moça” nos leva a pensar que era comum contratar homens para criados, embora esta não fosse uma ocupação tradicionalmente masculina. Havia homens “especializados” em cuidar da casa, o Jornal do Commercio de 31 de maio de 1906 corrobora esta afirmação “precisa-se de um de conducta afiançada e que entenda de todo o serviço doméstico”.

A mesma ocorrência aparece nos anúncios de jornais na cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX.

Contudo, é relevante salientar que, nas últimas décadas do século XIX, não eram apenas as mulheres que compunham a parcela das classes trabalhadoras envolvida no serviço doméstico. Trabalhadores do sexo masculino também prestavam este tipo de serviço no mundo do trabalho da capital do país naquele período. (SOUZA: 2009, p. 92).

Partindo da afirmação de Flavia Fernandes de Souza percebemos que os costumes relacionados ao universo do trabalho doméstico na Manaus do início do século XX estavam em consonância com as práticas da cidade do Rio de Janeiro.

4. Pequenos criados: uso da mão de obra infantil no serviço doméstico:

As crianças constituíram uma parcela significativa dos contratados para trabalhar no âmbito privado como “creados” ou “creadas”. A utilização da mão de obra infantil era recorrente na sociedade da época, sem que isso constituísse crime contra esses pequenos trabalhadores.

Creada

Preci-se (sic) de uma de 10 a 14 anos de idade, para pequena casa de família. Na Casa Paniola [...] (Jornal do Commercio, 30 de jan. de 1904, p. 3).

Precisa-se

De uma pequena de 10 a 14 annos para tomar conta de uma menina de 7 meses, paga-se bem: a tratar a estrada Epaminondas n. 84 ou na Casa Japeym á rua Marquez Santa Cruz n. 5. (Jornal do Commercio, 5 de maio de 1905, p. 12).

Criada

Precisa-se para pouco serviço, de 12 a 20 annos de idade, paga-se bem. Rua Municipal nº 64, <Casa de Joias>. (Jornal do Commercio, 16 de maio de 1906, p. 2).

Precisa-se de uma rapariga de 10 a 12 annos de idade, para pegar uma criancinha. Trata-se no Hotel Duas Nações, Becco do Commercio nº 2. (Correio do Norte – 5 de abril de 1906, p. 2).

A’ rua 10 de julho 99 precisa d’um rapaz ou d’uma rapariga até quatroze annos. Paga-se bem. (Correio do Norte, 21 de maio de 1911, p. 2).

Creadinha para creança

Precisa-se de uma de 12 a 13 annos, que seja assejada e que tenha pratica desses serviços. Prefere-se portugueza e que durma na casa dos patrões. Quem não estiver em condições é favor não se apresentar. Tratar á rua Henrique Martins, 92, próximo a mercearia Castello de Oiro. (Jornal do Commercio, 27 de abril de 1915, p. 1).

Empregado

Precisa-se de um de 14 a 15 annos, para serviços domesticos, de bom comportamento e que saiba ler. Na rua Dez de Julho, 86, se diz. (Jornal do Commercio, 29 de jun. de 1915, p. 1).

Menina de até 15 annos para serviços leves, precisa-se a rua da Independencia. (Jornal do Commercio, 3 de jul. de 1920, p. 1).

Assim como havia mulheres e homens no serviço doméstico, meninos e meninas também trabalharam como criados (as) ou babás. Em geral, a faixa etária média dessas crianças trabalhadoras girava em torno 10 a 14 anos. Um anúncio no jornal Correio do Norte do dia 21 de maio de 1911 procurava por um “rapaz” ou “rapariga” de “até quatroze annos”, sugerindo assim que as meninas (os) começavam a trabalhar bem antes disso, sendo catorze anos uma idade limite de preferência e critério de contratação. Também encontramos procura por criados que soubessem ler – “Precisa-se de um de 14 a 15 annos, para serviços

domesticos, de bom comportamento *e que saiba ler*”, sugerindo assim que esses pequenos empregados (as) domésticos faziam serviços que iam além de cozinhar, arrumar ou cuidar de crianças, acumulando assim uma maior responsabilidade no serviço.

Sobre o precoce início das crianças no trabalho doméstico Maria Izilda Matos informa que,

Desde muito cedo as crianças de famílias pobres, particularmente as meninas, eram introduzidas nos trabalhos domésticos, cozinhando, lavando, passando e cuidando dos irmãos menores. Essa necessidade fazia com que ainda na infância as meninas fossem treinadas para o trabalho de criadas, ofício considerado tipicamente feminino. (MATOS: 2002, p. 158).

Outro anúncio que nos chamou atenção foi o do Jornal do Commercio de 5 de maio de 1905. A procura por uma “pequena de 10 a 14 annos para tomar conta de uma menina de 7 meses” evidencia a grande responsabilidade atribuída a essa “pequena”, que teria que cuidar de uma outra criança. Isso nos leva a refletir acerca da noção de infância que se tinha na época.

Crianças com tão pouca idade realizando atividades incompatíveis com sua compleição física é algo inaceitável e criminoso na sociedade atual, porém, em Manaus no século XX, segundo Alba Barbosa Pessoa, essa era uma prática aceita e “desejável”. (PESSOA: 2010, p. 53).

De acordo com Pessoa, o trabalho infantil no serviço doméstico foi uma ocupação de grande destaque.

Dentre os vários usos que se fez do trabalho infantil na cidade de Manaus, o serviço doméstico foi a ocupação de maior destaque. As casas de família utilizaram em larga escala o trabalho das crianças, sendo inúmeros anúncios solicitando meninos e meninas, estas com maior frequência, para serviços domésticos como cuidar de crianças, lavar e passar roupas, arrumar a casa e outras obrigações. (PESSOA: 2010, p. 148).

A utilização da força de trabalho infantil representou mão de obra fácil e barata para muitos empregadores. É possível pensar que a pauperização de muitas famílias as tenha levado a oferecer o serviço de suas crianças para trabalhar como criados (as), complementando assim seus ganhos. Porém, a utilização da mão de obra infantil nem sempre era remunerada, muitas vezes as crianças de famílias das classes populares trabalhavam como

domésticas em troca de casa e comida. Maciel Henrique Carneiro da Silva em “Ser doméstica em Recife e Salvador na segunda metade do século XIX: Honra e sobrevivência” explica que,

Em condições miseráveis, muitas famílias bahianas e pernambucanas que não podiam sustentar uma prole numerosa, entregavam suas filhas ainda crianças ou adolescentes para ficar sob os “cuidados” de famílias de extratos baixos, médio e de elite da sociedade, para aprender a servir de “portas adentro”. Em Salvador, essas meninas eram chamadas de “Catarinas”, e como se considerava um favor retirá-las da casa de seus pais, não recebiam remuneração pecuniária. (SILVA: 2007, p. 108).

O trabalho infantil pode ter representado até mesmo concorrência para os trabalhadores (as) adultos, pois as crianças certamente ganhariam uma remuneração (?) bem menor.

A demanda por crianças para o serviço doméstico no Rio de Janeiro no século XIX se mostrou como uma preferência entre os empregadores, sobre isso Flavia Souza nos conta que,

[...] a preferência dos empregadores por esses trabalhadores [crianças] ⁵, talvez envolvesse a opção pela escolha de uma mão-de-obra mais barata, já que na maior parte das vezes tratava-se de trabalhadores ainda inexperientes nos serviços que realizavam; ao mesmo tempo, esses trabalhadores poderiam se mostrar mais dispostos a realizar o serviço exigido, de forma a satisfazer o patrão, visto que talvez visassem aprender uma profissão que lhes garantisse um meio de sobrevivência no futuro. (SOUZA: 2009, p. 98).

4.1. Fuga e resistência:

Os criados de servir eram, em grande parte das casas, explorados, mal remunerados, tinham péssimas condições de alojamento e de alimentação, além de sofrer maus tratos e de enfrentar uma dura rotina de trabalho, cuja jornada se prolongava até altas horas da noite. (MATOS: 2002, p. 169).

Um pedido de providências na coluna denominada “*Queixas do povo*” do *Jornal do Commercio* de 1º de fevereiro de 1920 nos traz a seguinte denúncia:

Um cavalheiro reclama providências de quem de direito contra o proprietário ou socio de hotel para o lado dos Remedios, pois costuma seviciar um menor de nacionalidade brasileira que ali exerce a profissão de creado. Allega o

⁵ Grifo nosso.

reclamante que o algoz para variar de castigo ainda hontem deu diversos pontapés na victima sendo na ocasião censurado por diversos fregueses inclusive o snr. Ignacio Nogueira de Queiroz. (Jornal do Commercio, 1º de fev. de 1920, p. 1).

A denúncia acima corrobora o tratamento aviltante - exposto na fala de Matos - que muitos dos criados da cidade de Manaus no início do século XX eram submetidos. A imprensa diária traz em suas colunas policiais ou de queixas do povo notícias de desaparecimentos de menores que trabalhavam como empregados (as) domésticos. Esses desaparecimentos podem ser interpretados como fugas desses menores. Os jornais A Capital, de 1917 e Jornal do Commercio, de 1919 trazem dois casos de desaparecimento de criadas:

Americo Rabello Guedes, residente á rua Ferreira Penna n. 35 comunicou a segunda delegacia que ás 14 ½ horas de hontem desaparecera de sua residência uma creada de 11 annos de idade chamada Leticia, cabocla, trajando vestido azul, pés descalços, ignorando seu paradeiro. (A Capital, 19 de jul. de 1917, p. 1).

Um ottomanos em apuros

Da casa do Major Constantino Cavalcante desaparecera, havia dias, uma sua serviçal de doze anos de idade. Tomando conhecimento do facto, a policia entrou em atividade, desde então, com o fim de descobrir o paradeiro da menor. Esta foi encontrada, hontem, sendo conduzida a presença da autoridade de permanencia na delegacia auxiliar, a quem declarou ter sido prejudicada pelo turco Call Cham, proprietario de uma pequena loja de armarinho á Estrada Epaminondas. Em face do exposto, a menor foi examinada pelo medico-legista da policia, que confirmou a existencia do crime do ottomano. O acusado foi preso e recolhido no xadrez. Na delegacia auxiliar acha-se aberto o respectivo inquerito. (Jornal do Commercio, 4 de ago. de 1919, p. 1).

Segundo Alba Barbosa Pessoa, “a fuga das residências onde serviam como criados foi bastante utilizada por estes pequenos trabalhadores. Os jornais desse período [1890-1920] ⁶ diariamente noticiavam as fugas desses menores”. (PESSOA: 2010, p. 151).

Em São Paulo, “a imprensa também noticiava constantes fugas de empregados principalmente de menores, mal-tratados, franzinos, magros, desdentados, descalços e em farrapos”. (MATOS: 2002, p. 170).

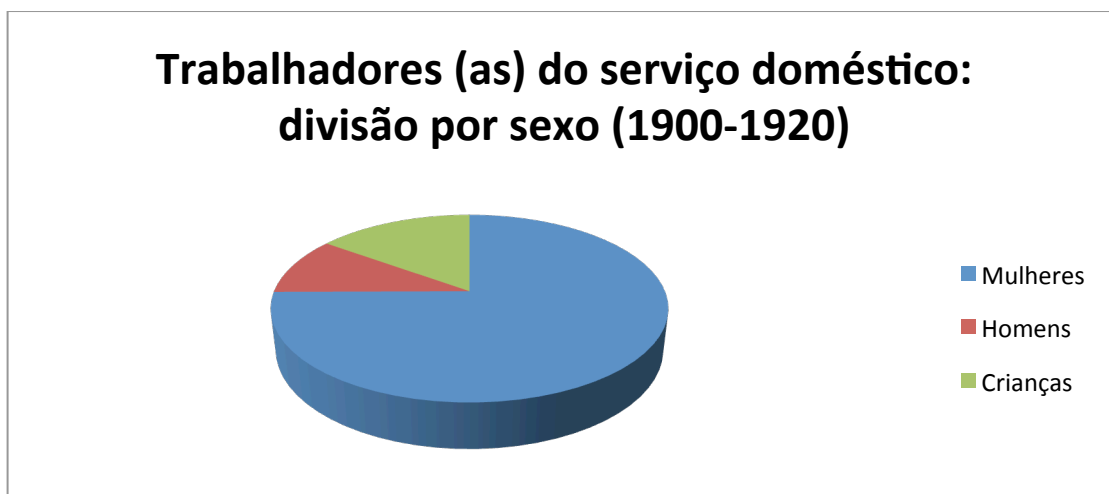
Fugir foi uma alternativa que esses pequenos criados encontraram para resistir aos maus tratos, ainda que isso não resultasse numa solução definitiva, pois a policia tinha a responsabilidade de encontrá-los e devolvê-los às casas onde trabalhavam. O segundo exemplo de desaparecimento citado mostra bem o papel que cabia às autoridades policiais

⁶ Grifo nosso.

nessas circunstâncias: “Tomando conhecimento do facto, a policia entrou em atividade, desde então, com o fim de descobrir o paradeiro da menor”.

A preferência por crianças para trabalhar em casas de família talvez tenha sido uma prática nacional, tendo em vista que ocorreu no Rio de Janeiro no final do século XIX e em Manaus no início do século XX.

Gráfico 1



Elaborado pela autora

5. “Preferem-se portugueses (as)”:

A cidade de Manaus desde o final do século XIX já contava com uma parcela significativa de imigrantes nacionais e estrangeiros que vieram para cá quase que exclusivamente em decorrência das oportunidades de emprego geradas pela exploração do látex. Nesse momento histórico Manaus se mostrou um lugar fecundo onde muitos esperavam conseguir emprego, melhorar suas condições financeiras e começar uma “vida nova”. Porém, a cidade se mostrou para muitos um terreno hostil. Muitos desses migrantes não conseguiram se inserir no mercado de trabalho e passaram a sobreviver de “subempregos”, chegando até mesmo à situação de mendicância.

De fato, tanto para a extração do látex quanto para a edificação das obras de modernização da cidade – como a construção do porto – foi necessário enfrentar os problemas relacionados à escassez de mão-de-obra, só sanados com o apelo à migração de uma população nordestina assolada pela seca e

pelo controle latifundiário. Boa parte desses migrantes acabavam a meio caminho, engrossando as fileiras de elementos pauperizados que vagavam sem rumo pelas cidades do *caucho*, imprimindo-lhes sua marca, fazendo com que Manaus fosse, paulatinamente, perdendo um pouco de sua fisionomia tapuia. As cifras relativas a estas ondas migratórias são bastante rudimentares e imprecisas, mas é possível concordar com Celso Furtado quando calcula em pelo menos 500.000 o número de imigrantes chegados à região entre os anos de 1872 e 1910. (PINHEIRO, 2003, p. 53-54).

Assim, serão esses imigrantes, juntamente com a população pauperizada da cidade, a se ocuparam nas mais diversas atividades para garantir sua subsistência, se empregaram nas mais diversas atividades que o novo ordenamento urbano manauara requeria.

Como afirma para Maria Luiza Ugarte Pinheiro para Manaus

Nos estratos sociais mais abastados, empregos tenderam a atrair preferencialmente mulheres estrangeiras. Há registro de que barbadianas eram tradicionalmente empregadas como cozinheiras em residências da elite, enquanto os grandes hotéis, motivados pela presença de grande número de estrangeiros, costumavam contratar funcionárias europeias, a maioria como camareiras. De acordo com Samuel Benchimol, “as mulheres portuguesas eram muito requisitadas pelas ricas famílias para servirem de cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, babás e governantas, conforme amplo noticiário do *Precisa-se*, publicado nos jornais locais” (PINHEIRO, 2001, p. 220-221).

Assim, Empregar-se no serviço doméstico foi uma alternativa para as mulheres – e homens - de classe subalterna da região e também para muitas (os) das (os) imigrantes. A mulher imigrante chegou a ser *preferência* para ocupar os cargos de criada e ou babás em casas de famílias da elite ou dos segmentos médios de Manaus. É comum encontrar nos anúncios dos jornais do período a expressão “*prefere-se portuguesa*” ou “*prefere-se estrangeira*”. As (os) trabalhadoras (res) lusitanos eram os mais requisitados entre os estrangeiros residentes na cidade.

Creada

Precisa-se em casa de pequena família, na rua Joaquim Sarmiento nº 29, de uma mocinha de 13 a 16 anos para serviços domésticos, *prefere-se estrangeira*. (*Correio do Norte*, 1º de mar. de 1906, p. 2).

Creada

Precisa-se de uma criada na avenida Major Gabriel n. 31. *Prefere-se portuguesa*. (*Correio do Norte*, 29 de abril de 1912, p. 4).

Precisa-se de uma criada á rua dos Remédios nº 87. *Prefere-se estrangeira*. (*Jornal do Commercio*, 15 de jun. de 1914, p. 1).

Precisa-se de uma rapariga portuguesa, para casa de família, á rua José Paranaguá, 54. (*Jornal do Commercio*, 15 de jun. de 1914, p. 1).

Cosinheira

Precisa-se de uma na rua dos Andradas n. 70. Prefere-se portugueza. (Jornal do Commercio, 16 de maio de 1906, p. 2).

Creada portugueza – Precisa-se de uma para casa de pequena familia. Largo da Policia, n. 8. (Jornal do Commercio, 3 de jun. de 1906, p. 3).

Os trabalhadores (as) lusitanos também foram bastante requisitados para o mercado de trabalho na cidade de Belém do Pará entre o final do século XIX e início do século XX. Edilza Joana Oliveira Fontes em sua tese “Preferem-se portugueses (as): Mercado de trabalho, nacionalidades e anúncios em Belém do Pará (1885-1914)” nos conta que em Belém,

O total de anúncios que correspondem a 673, sendo 64 anúncios, no período de 1884 a 1903, indicavam a preferência por portugueses (a), ou seja, quase 10% dos pedidos ou ofertas de emprego, o que ao nosso ver constatava um hábito de crivar o mercado de trabalho por nacionalidade. Esta prática ajudava a esconder o preconceito racial que existia em uma parcela da população de Belém, que preferia trabalhadores disciplinados mais brancos. (FONTES: 2002, p. 179).

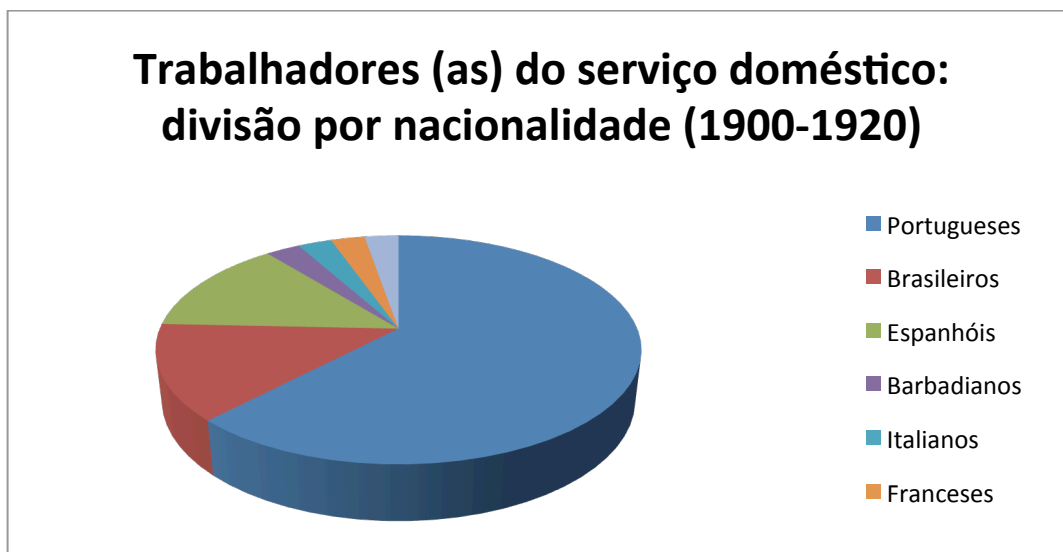
Além de camuflar o preconceito de raça, essa “preferência” também significou o pagamento de soldos menores a esses trabalhadores (as), tendo em vista que grande quantidade desses estrangeiros contratados para o serviço doméstico – e para outros – tinham pouca idade, sendo comum na época que recebessem uma remuneração inferior.

No caso de o empregador também ser de nacionalidade portuguesa, a relação entre este e seu contratado poderia engendrar “laços de nacionalidade” que permitiriam uma maior exploração. Sobre isso Edilza Fontes argumenta que,

A “preferência” por portugueses e algumas vezes por outras nacionalidades revelavam também a prática de reforço a uma rede de empregos estabelecidas por imigrantes portugueses que utilizavam os laços de nacionalidades para obterem aprendizes e trabalhadores gratos e sujeitos às relações de exploração e submissão paternalistas. (FONTES: 2002, p. 179).

Sem esquecer a força de trabalho da própria manauara, que raramente “preferida” nos anúncios, certamente também estava entre a das mulheres que “ganhavam a vida” trabalhando em casas de família.

Gráfico 2



Elaborado pela autora

6. Trabalhadores (as) ambulantes:

“Ganhadeiras”, “quitadeiras”, “quituteiras”, “ambulantes”, etc., são várias as definições para aqueles que literalmente “ganhavam” a vida pelas ruas da cidade fazendo do espaço público um lugar de subsistência.

Todavia, essa atividade nem sempre esteve relacionada a vender alimentos, tecidos ou quinquilharias pelas ruas, na África por exemplo, as “kitandas” eram espaços de troca de mercadorias onde “as quitadeiras se dividiam conforme suas especialidades [...]” (PANTOJA: 2008, p. 1).

Ainda segundo Selma Pantoja,

As kitandas viraram quitandas quando a prática dessas vendedoras atravessaram o Atlântico a bordo dos navios negreiros. Mas por aqui, o negócio adquiriu outros contornos. Mulheres negras, escravas, forras e livres armavam seus tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e até no interior de Minas Gerais, vendendo produtos alimentícios e utilidades para o cotidiano dos habitantes. (PANTOJA: 2008, p. 1).

As ruas da cidade de Manaus no início do século XX eram repletas de vendedores ambulantes que comercializavam os mais diversos gêneros alimentícios - desde o peixe até a garapa – tecidos e armarinhos. Um aviso da Intendência Municipal de Manaus publicado no

jornal *A Capital* de 1917 esclarece um pouco de quem eram esses vendedores ambulantes e informa que estes estavam sujeitos a inspeção e renovação de suas licenças semestralmente, afim de evitar que fossem multados. De acordo com Edinea Mascarenhas Dias, “para os ambulantes sem licença, a multa estabelecida é de 20\$000 [...]” e que “[...] um ambulante matriculado para vender um tipo de mercadoria não poderia negociar com outra”. (DIAS: 2007, pp. 143-144).

De ordem do exmo. sr. dr. Superintendente Municipal e nos termos do artigo II da Lei nº 921 de 29 de outubro de 1917, são convidados todos os negociantes de gêneros alimentícios, seus empregados: *os vendedores ambulantes como sejam peixeiros, leiteiros, garapeiros, doceiros, padeiros, mercieiros, confeiteiros: donos e empregados de restaurantes, hotéis, casas de pasto, pensões, botequins, refinações, torrações, açougueiros, magarefes, cozinheiros, copeiros, carregadores, amas de leite e conductores para compareceram durante o mes de janeiro vindouro, todos os dias uteis da 9 ás 11 e das 13 ás 16 horas no edificio do Paço Municipal afim de serem inspeccionados e munirem-se da respectiva licença para o primeiro semestre de 1918, sob pena de multa consignada no paragrafo terceiro do referido artigo. [...]* (*A Capital*, 8 de dez. de 1917, p. 2).

A cobrança de impostos, exigência de licenças e multas impostas aos vendedores ambulantes também ocorreu em outros Estados brasileiros. Em “Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX”, Maria Odila Leite da Silva Dias explica que,

Uma vez por ano, eram convocados pela Câmara para pagar licenças por escravas vendedoras e para ter seus pesos e medidas prontos para correição dos oficiais da Câmara. Nos registros oficiais, há um desfile quase contínuo de acusações, denúncias, multas e prisões de escravas, vendendo sem licença ou abaixo dos pesos fixados pelos vereadores. (DIAS: 1995, p. 69).

O artigo de Cecília Moreira Soares, “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX” nos informa que também nesse Estado a situação era semelhante: “era necessária uma autorização da Câmara Municipal e o pagamento de uma ‘taxa de matrícula’ para que africanos livres ou libertos pudessem vender os seus produtos”. (SOARES: 1994, p. 66).

As cidades de Manaus, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro estavam em consonância quanto às cobranças usuais a que submetiam os vendedores ambulantes. Ainda para Salvador, Bruno José Rodrigues Durães em “Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI” afirma que: “de um lado, os

chefes de polícia, Câmara Municipal, faziam valer as mais severas punições, prisões, multas, decretos e leis requisitados pela elite [...]”. (DURÃES: 2006, p. 69).

Em um artigo intitulado de “‘Dizem as Quitandeiras...’ – Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma sociedade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”, Flávio dos Santos Gomes e Carlos Soares contam que “[...] elas [as quitandeiras]⁷ não eram trabalhadoras clandestinas, vulneráveis ou supostamente irrelevantes mulheres negras. Pelo contrário, pagavam para exercer seu ofício, tirando licenças anuais para manter seu local de trabalho” . (GOMES; SOARES: 2002, p. 4).

Assim como no Rio de Janeiro do século XIX os vendedores de rua não eram clandestinos, pois pagavam uma licença anual; em Manaus no início do século XX eles eram proibidos de vender suas mercadorias em pontos fixos da cidade, sendo obrigados a apenas transitar pelas ruas sem poder parar em calçadas ou em frente a lojas, apesar de estarem devidamente licenciados e inspecionados pela Intendência Municipal, como veremos no próximo tópico.

6.1. A inconveniência dos trabalhadores ambulantes:

“Na época da Província, eles eram chamados de comerciantes ambulantes e podiam transitar pela cidade com suas fazendas, miudezas e qualquer mercadoria, bastando para isso o pagamento do imposto, sem nenhuma outra exigência”. (DIAS: 2007, p. 151). Porém, a situação muda com a criação da Lei nº 400 de 1º de março de 1905:

A Lei nº 400, de 1º de março de 1905, proíbe a permanência dos vendedores ambulantes estacionados em lugares fixos, mesmo sendo portadores de licença. Os ambulantes deveriam limitar-se a percorrer a cidade para vender seus artigos, sem, contudo, poder parar nos passeios, ruas ou praças. (DIAS: 2007, p. 143).

A imprensa diária de Manaus (1900-1920) foi amplamente utilizada para fazer denúncias e reclamações, muitas delas pedindo providências das autoridades competentes da época para tomarem um posicionamento em relação aos trabalhadores ambulantes e às suas práticas cotidianas.

⁷ Grifo nosso.

Na rua Marquez de Santa Cruz, proximo ao mercado publico , existe um vendedor de garapa, que, depois de espremer as canas, deixa os bagaços numa bocca de lobo que fica perto do tal ramo do negocio. Para o caso chamamos atenção do sr. fiscal. (A Federação, 8 de jul. de 1900, p. 1).

Os moradores da Estrada Epaminondas, próximo a rua José Clemente, queixam-se contra um insolente garapeiro, que ha n'esse trecho, o qual reúne junto a sua venda ambulante uma malta de vagabundos, que dirigem graçolas de mau gosto aos vizinhos e transeuntes, chegando até as vezes a insultos. A' policia recomendamos os meliantes. (A Federação, 12 de dez. de 1900, p. 1).

Os garapeiros deram ultimamente para depositar carradas de bagaço na estrada Epaminondas, ao passar a rua Dr. Moreira, tornando assim aquelle trecho de rua intransitável e cheia de exalações. Pedem-nos que solicitemos as necessarias providencias. (Quo Vadis?, 30 de nov. de 1903, p. 2).

O fiscal geral mande remover para o deposito municipal, uma garapeira que se acha abandonada na praça Tamandaré. (Correio do Norte, 21 de abril de 1906, p. 1).

As denúncias deixam claro que os garapeiros constituíam grande parte dos ambulantes da cidade, e, sem fazer juízo de valor sobre o modo como esses trabalhadores conduziam suas atividades, percebemos uma tentativa de depreciá-los, associando-os a termos como “*insolente*”, “*vagabundos*”, “*meliantes*”. A população incomodada com a situação fazia suas reclamações e denúncias informando o local onde trabalhavam e deixando-os a cargo da policia.

E tratando-se das denúncias àqueles que utilizavam as calçadas ou a frente das lojas para realizar suas vendas apesar da proibição...

Diversas pessoas nos tem vindo pedir para reclamar dos fiscaes da Intendencia a repressão dos abusos que diariamente se dão de transitarem pelos passeios das ruas e praças, padeiros com sestos e carregadores de volumes diversos, dando encontrões nos transeuntes como varias vezes temos observado. Parece nos que *o art. 23*, pune o infractor com 10\$000 de multa ou um dia de prisão. Um abuso tambem hoje muito em moda, é a collocação de cadeiras nos passeios, contra o expresso do art. 45 pois embaraça o transito publico. (Correio do Norte, 26 de abril de 1906, p. 1).

Reclamam por nosso intermedio ao illustre dr. Ayres de Almeida, superintendente municipal de Manáos, e ao dr. Freitas Bastos, digno chefe de policia, providencias que obriguem os fiscaes e os guardas civis a, cumprindo o seu dever, impedir que, carregadores, cozinheiros, doceiros, etc. , transitem pelos passeios, sujando as roupas de uns, quebrando lunetas de outros, produzindo, enfim, outros accidentes pouco agradaveis. Ahi fica a reclamação. (Imparcial, 19 de jun. de 1918, p. 1).

Apesar das proibições e ainda correndo risco de serem multados ou presos, muitos vendedores ambulantes não obedeciam as normas impostas pelo Código de Postura em voga: “Diversas pessoas nos tem vindo pedir para reclamar dos fiscaes da Intendencia a *repressão de abusos que diariamente se dão*”.

6.2. Os vendedores de doces:

Na seção de anúncios de alguns jornais de Manaus (1900-1920) encontramos várias chamadas de recrutamento de meninos e rapazes para vender doces pelas ruas da cidade. A preferência era por trabalhadores do sexo masculino, não sendo encontrado nenhum anúncio procurando por trabalhadoras.

A’ avenida Eduardo Ribeiro n. 65, precisa-se de um rapaz para vender na rua. (Quo Vadis?, 8 de mar. de 1903, p. 3).

Precisa-se para vender doces, prefere-se meninos. Para informação na gerencia d’este jornal. (Quo Vadis?, 10 de mar. de 1903, p. 3).

Vendedores

Precisa-se de meninos para vender doces, paga-se bem. Informa-se na gerencia d’este jornal. (Quo Vadis?, 31 de mar. de 1903, p. 3).

Doceiros

Precisa-se de alguns rapazes para vender doces. Trata-se n’esta typographia [...] (Quo Vadis?, 29 de jan. de 1904, p. 3).

Precisa-se de um pequeno para vender doces, a tratar na rua da Matriz nº 52. (Correio do Norte, 25 de maio de 1906, p. 3).

Albino da Silva, portuguez, vendedor de doces, residente na Padaria Palmeira á Estrada Epaminondas, foi preso ás 2 horas, pelo guarda n. 31, por ter ofendido ao mesmo guarda. (Imparcial, 27 de mar. de 1918, p. 2).

Antonio Aires Ruas, portuguez, vendedor de doces, residente á avenida Constantino Nery, foi preso pelo guarda n. 31 á estrada Epaminondas, por ter ofendido ao mesmo guarda com palavras e por estar fazendo da via publica objecto da sua serventia. (Imparcial, 27 de mar. de 1918, p. 2).

O sr. Oscar Lopes comunicou á policia que de sua casa á rua Commendador Eduardo, fugiu o menor de 11 annos Severino, que sahira a vender doces, não mais voltando. A esta, talvez, Severino va singrando as aguas de qualquer rio, em alguma gaiola, rumo ao interior do Estado. (Imparcial, 26 de jun. de 1918, p. 2).

Os anúncios acima sugerem que os vendedores de doces eram frequentemente contratados por terceiros, como podemos observar nas expressões “*precisa-se de meninos para vender doces*”, “*precisa-se de alguns rapazes para vender doces*”, o que não exclui a possibilidade de que houveram vendedores de doces por conta própria.

Os pequenos trabalhadores, fossem eles do serviço doméstico ou ambulante muitas das vezes encontravam na fuga a única forma de se livrar dos maus tratos e excessos de trabalho a que eram submetidos, como já vimos no tópico 4.1 deste relatório. O jornal *Imparcial* de 26 de junho de 1918 noticia a fuga de um menor vendedor de doces, note-se que no anúncio não há expectativa nenhuma de que essa criança retorne à casa onde residia e/ou trabalhava: “*A esta, talvez, Severino va singrando as aguas de qualquer rio, em alguma gaiola, rumo ao interior do Estado*”. Sobre isso, Paulo Marreiro dos Santos Júnior em “Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917” diz que,

Nessa relação patronal entre tutor/tutelado, muitos eram os menores que furtavam seus tutores/patrões e fugiam em seguida; com um caráter às vezes burlesco o furto representava uma forma de compensação pelo tempo de expropriação, e a fuga, um retorno a suas práticas condenadas enquanto menor. (JÚNIOR: 2005, p. 186).

Conflitos com as autoridades policiais também faziam parte das experiências cotidianas desses trabalhadores urbanos, como vimos no jornal *Imparcial* de 1918 - duas prisões por desacato à autoridade.

6.3. Conflitos, acidentes e trapaças: experiências cotidianas dos trabalhadores ambulantes na Manaus do início do século XX.

Ferimentos

O carregador Hermogenes Franco de Araujo estava hontem, ás 3 horas da tarde, no exercicio de sua profissão, no mercado publico, por ocasião em que cahia a chuva, quando lhe chama a turca Rosa Antonia e lhe pede para remover umas quinquilharias.

Accedeu Franco, e já havia feito diversas remoções das ditas quando Rosa Antonia segreda ao ouvido de duas praças do 2º corpo, que ali estavam de patrulha, e estas, sem mais nem menos, desembanham os sabres e vibram diversos golpes em Hermogenes, fazendo-lhe dois ferimentos [...] (Quo Vadis?, 28 de fev. de 1903, p. 1).

Prisão em flagrante

João José, com 28 annos de idade, solteiro, turco, negociante ambulante foi preso pelo guarda civil Manoel Thomaz, por ter disparado uma pistola em seu companheiro, sem que o projectil o attingisse [...].

Não temos como saber os motivos que levaram Rosa Antonia a querer prejudicar o carregador Hermogenes Franco e nem os que fizeram com que João José tenha atirado em seu companheiro de trabalho, mas podemos oferecer algumas interpretações. Sidney Chalhoub em

“Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque” explica que:

[...] é importante perceber os inúmeros conflitos individuais em situações de trabalho dentro do contexto mais amplo da competição entre populares pela viabilização de sua sobrevivência em condições extremamente desfavoráveis, sendo conflitos nacionais e raciais a expressão mais comum dessas tensões provenientes da luta pela sobrevivência. (CHALHOUB: 2001, p. 63).

Os trabalhadores (as) ambulantes aparecem nas colunas policiais dos jornais envolvidos em conflitos entre si e também com a polícia, em situações que iam desde desacato e chegavam até mesmo a agressões físicas.

Desordem – Ferimento leve

A’ 1 ½ da tarde de hontem, na praça 5 de Setembro, o garapeiro Antonio Francisco travou-se de razões futeis, com a praça n. 21 da 4º companhia do 2º batalhão do regimento militar do Estado, de nome Pedro Alves de Faria.

Em seguida passaram a lueta corporal.

Aquelle, pegando de um revolver, quis dispara-lo contra este, no que foi impedido pelo sr. Octacilio Lima, que lhe arrebatou a arma da mão.

Neste interim, Antonio Francisco tomou de um macete de quebrar cannas e com ele vibrou uma pancada na cabeça da referida praça, produzindo-lhe um ferimento [...] (Amazonas, 5 de jul. de 1905, p. 1).

É impossível fazermos uma afirmação exata do porque esse garapeiro tenha tentado atirar no policial; entretanto, a polícia era a responsável por vigiar, multar e punir todos aqueles que infringissem as normas estabelecidas. Talvez o garapeiro Antonio Francisco estivesse em situação irregular e, na circunstância apresentada não aceitou pacificamente a repreensão ou multa estabelecida. Ademais, segundo Paulo Marreiro, “[...] os ambulantes e os pequenos barraqueiros eram muito mal vistos, encarados com suspeita pelas autoridades”. (JÚNIOR: 2005, p. 198).

Bebado que se embriaga com doces

Manoel Paes de Figueiredo, portuguez e vendedor de doces, estava hontem com seu taboleiro á praça do Commercio esperando sua boa freguezia com uma paciência de job, quando aparece o bebado Manoel da silva Rocha e lhe comprou alguns doces procurando em seguida sahir á franceza. Paes, que não ia nesse negocio de vender fiado, principalmente agora quando os *chauffeurs* não querem fiar, chamou o mau freguez a explicar-se resultando

d'ahi os dois Manés desafiarem-se para uma lucta romana, que chamou attenção do guarda Manoel Mello, que fez os lutadores seguirem á delegacia do 2º districto onde acham recolhidos ao xadrez. (A Capital, 10 de ago. de 1917, p. 2).

Outros conflitos menos graves também compuseram o cenário das ruas de Manaus no início do século XX, mas nem por isso eram isentos de punição, podendo resultar em prisões - como no caso acima.

Despreocupadamente vinha hontem ás 10 horas da manhã o sorveteiro Alfredo Peres empurrando o seu carrinho ambulante em busca da Avenida Eduardo Ribeiro quando inopinadamente sentindo o rodar do carro de praça n. 14 que vinha na mesma direcção em vertiginosa disparada, saltou para o lado do Jardim da Matriz livrando-se milagrosamente de ser victima de esmagamento. Inevitavel porem foi o prejuiso total do carro de sorvete que ficou em pedaços. [...] (Correio do Norte, 22 de abril de 1911, p. 2).

Tiro casual – um turco, sem ter causa alguma com a historia

O carroceiro José Lourenço Sampaio, residente á rua Dez de Julho, numero sessenta e cinco, num deposito de caminhões, começou, hontem, pelas onze horas, a mexer numa pistola [...] Mas Lourenço não entende dessas coisas e não verificou que uma bala estava colocada na agulha.

E, assim, fazendo pressão no gatilho em dado momento, ouviu uma detonação e um gemido. Partiu este do turco Abdon José, vendedor ambulante de armarinhos, que estava servindo uma freguesa, na casa numero dez da Villa Dr. Rezende, visinha a do carroceiro. [...] (Jornal do Commercio, 27 de abril de 1915, p. 1).

Um cavallo que gosta de doce. O dono indemnisa os seus gastos

Pelo guarda civil de 2ª classe Francisco de Barros foram apresentados hontem á delegacia do segundo districto os individuos Manoel de Miranda e Manoel Paz, este doceiro e aquelle agricultor. Miranda que vinha do mercado tangendo um cavallo ao chegar á Praça do Commercio o animal que conduzia foi de encontro a caixa de doces de Paz, quebrando-lhe os vidros e derramando as vendas. [...] (A Capital, 1º de ago. de 1917, p. 2).

Os acidentes no trabalho eram frequentes entre os vendedores (as) ambulantes da cidade, ainda mais porque esses tinham as ruas como lugar de subsistência, sendo assim, estavam sujeitos a serem atropelados, atacados por algum animal ou vítimas de bala perdida, como pudemos observar nas situações acima.

O trabalho nas ruas necessitava constante atenção, tanto por parte do vendedor quanto do freguês. Pois os ambulantes poderiam ter suas mercadorias roubadas num momento de distração, e os clientes desatentos poderiam ser enganados por algum vendedor desonesto.

Queria vestir-se

Por estar arrombando uma caixa com fazendas de propriedade de uma turca, foi preso na rua Ramalho Junior o carvoeiro Francisco Araujo, que foi recolhido ao xadrez da 1ª delegacia. (A Capital, 19 de set. de 1917, p. 2).

O turco azulou, mas... não escapou as unhas da policia

Francisco Olinda do Nascimento, residente no Hotel Europa, estava hontem com vontade de sahir perfumado e vendo um palita barata vendendo locção resolveu logo chamal-o. Depois de escolher um vidro de *fleur d'amour* entregou ao Pedro José, assim se chama o turco ambulante uma pelega de vinte fachos afim do mesmo pagar-se da importancia de 5\$000 que era o preço do perfume. O Pedro que é um aguia se fez de esquecido e arribou... Olinda então correu até a *casa de reclamações* da rua Deodoro e narrou o ocorrido, tendo a autoridade feito o turco restituir a importancia restante. (A Capital, 18 de nov. de 1917, p. 2).

6.4. Trabalhadoras ambulantes:

Turcas vendedoras ambulantes



Fonte: Jornal do Commercio – 15 de junho de 1914, p.1.

O trabalho informal assim como o serviço doméstico foi uma alternativa de sobrevivência para mulheres e homens pobres da cidade de Manaus no início do século XX. Muitas mulheres recorreram ao comércio ambulante e trabalharam como quituteiras, vendendo os mais diversos tipos de doces, comidas e até tecidos. (CAMPOS: 2010, p. 133).

O trabalho feminino avulso foi não só um meio de sobrevivência, mas também uma recusa ao trabalho assalariado e ao controle patronal, pois sendo ambulante a trabalhadora

teria maior liberdade para escolher seus horários de venda bem como o de seu descanso. Além de fazerem uso do espaço público sem uma companhia masculina, o que poderia gerar comentários acerca de sua honra, as mulheres também dividiam seu espaço de trabalho com homens e crianças.

Os trabalhadores (as) ambulantes da cidade de Manaus entre 1900-1920 também ficaram sob o olhar vigilante das autoridades médico-sanitaristas. Além de sofrerem perseguições na cobrança dos impostos, estas também tinham que estar atentas quanto à forma de armazenamento de suas guloseimas. De acordo com Benta Litaiff Praia,

Muitos vendedores de guloseimas que transitavam com seus tabuleiros, paneiros, cestas e carrinhos de cocadas, bolos, pés-de-moleque, bananas em caldas e fritas, pastéis, salgados e outras iguarias regionais, principalmente pelas ruas e praças do centro urbanizado, por onde transitava um maior número de pedestres, traziam seus produtos, em grande parte, arrumados e cobertos, a fiscalização das autoridades sanitárias nesse perímetro da cidade era mais rigorosa. (PRAIA: 2010, p. 163).

Ser trabalhador (a) ambulante em Manaus no início do século XX era exercer uma tarefa difícil e conturbada, já que esta parcela da população sofria constantes perseguições por parte das autoridades públicas e policiais, tendo que estar sempre com as licenças renovadas e respeitarem os espaços de trabalho preestabelecidos pelos Códigos de Postura vigentes.

Gráfico 3



Elaborado pela autora

6.5. Em nome da ordem:

Os trabalhadores urbanos da cidade de Manaus (1900-1920) fossem “de portas adentro”, que “saíam às ruas” ou vendedores (as) ambulantes eram constantemente presos, acusados de estarem bêbados, promovendo desordens, desacatando as autoridades ou de serem vagabundos ou vadios. São muitos os casos de prisões desses trabalhadores nos noticiários dos jornais que circulavam naquele período, entre eles:

A lavadeira Francisca Maria da Conceição foi hontem presa, quando praticava desordens. (Quo Vadis?, 6 de mar. de 1903, p. 2)

Foram recolhidos ao xadrez de segurança publica, os seguintes individuos. [...] José Pidon, 21 annos, solteiro, hespanhol, cosinheiro, por desordens. (Quo Vadis?, 16 de fev. de 1904, p. 2).

Foram presos hontem: Custodio de Freitas, com 22 annos, solteiro, portuguez, vendedor ambulante, por vagabundagem [...]. (Quo Vadis?, 5 de março de 1904, p. 2).

Para averiguações, foi preso hontem Manoel Moinhos, de 24 annos de idade, casado, hespanhol, creado. (Amazonas, 5 de jul. de 1905, p. 1).

Saly Felipe, de 22 annos de idade, arabe casado, negociante ambulante, foi hontem preso por haver promovido desordens. (Amazonas, 5 de jul. de 1905, p. 1).

Por desordens, foi hontem preso Ayd Ser, de 24 annos de idade, solteiro, turco, negociante ambulante. (Amazonas, 5 de jul. de 1905, p. 1).

Para averiguações foi hontem presa Raymunda Maria de Jesus, casada, pernambucana, lavadeira. (Amazonas, 7 de jul. de 1905, p. 1).

[...] Antonia Cruz, 25 annos, solteira, engommadeira, paraense, por desordens. (Correio do Norte, 27 de jan. de 1906, p. 2).

[...] Albertina de Souza, 26 annos, cosinheira, solteira, maranhense, por desordens. (Correio do Norte, 15 de fev. de 1906, p. 2).

Foram recolhidos hontem ao xadrez [...] Por embriaguez – Joanna Francisca do Nascimento, 35 annos, lavadeira, cearense, viúva [...]. (Correio do Norte, 24 de abril de 1906, p. 1).

Estar bêbado por si só não era motivo para que esses trabalhadores fossem presos. Essa medida adotada pela polícia manauara pode ser entendida como um modo de prevenir que a embriaguez os levasse a incomodar a tranquilidade cidadina e até mesmo os afastasse de seus trabalhos, constituindo assim uma ameaça à ordem pública, pois, “a construção do conceito de trabalho passa por diversas etapas. A noção primeira e fundamental é a de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade, a sua ‘lei suprema’”. (CHALHOUB: 2005, p. 70).

Ainda sobre o tema embriaguez Paulo Marreiro explica que,

Os hábitos alcoólicos sempre foram vistos com maus olhos quando se tratava de sujeitos populares. Considerada como doença da personalidade, a embriaguez era passiva de repulsa por aqueles que moldavam os costumes e os hábitos do período. Como atitudes consideradas desviantes eram inadmissíveis, a embriaguez foi mais uma merecedora de repressão e castigo. (JÚNIOR: 2005, p. 223).

Já as prisões para averiguações, sem nenhum motivo que justificasse o ato, deixa claro o preconceito em relação aos sujeitos populares.

Em Salvador a prática de prender trabalhadores pobres também foi regra:

A regra comum do corpo de polícia era prender por *suspeita*, sem provas cabais, mas pelo bel prazer de algum chefe de polícia ou alguma figura importante da cidade, principalmente, por ordem de uma elite sedenta por controle e ordenação social, como fica bem evidente nos recortes de jornais do período, [...]. (DURÃES: 2006, p. 82).

A vida dos trabalhadores (as) domésticos e ambulantes na cidade de Manaus no início do século XX, mais especificamente de 1900 a 1920 era repleta de normas, critérios, vigilância, fiscalizações e suspeições. O controle constante desses trabalhadores atingia não só seus locais de trabalho, mas também suas práticas habituais.

Tabela 1
Trabalhadores (as) Domésticos e Ambulantes presos por “desordens”, “embriaguez”,
“vagabundagem”, “averiguações” ou “desrespeito à autoridade”

Nome	Idade	Estado Civil	Profissão	Nacionalidade
Francisca Maria da Conceição	-----	-----	lavadeira	-----
Benicia Serrão	19	Solteira	lavadeira	amazonense
Raymunda Maria de Jesus	-----	Casada	lavadeira	pernambucana
Antonia Cruz	25	Solteira	engomadeira	paraense
Albertina de Souza	26	Solteira	cozinheira	maranhense
Salustiana Bulcão da Fonseca	23	Solteira	-----	brasileira
Julia Augusta dos Santos	22	-----	lavadeira	sergipana
Josepha Maria da Conceição	-----	-----	lavadeira	bahiana
Rosa Franca Barroso	26	Solteira	lavadeira	amazonense
Joanna Francisca do Nascimento	35	Viúva	lavadeira	cearense
Rita de Jesus	-----	-----	lavadeira	-----
José Pidon	21	Solteiro	cozinheiro	espanhol
Custodio de Freitas	22	Solteiro	vendedor ambulante	português
Antonio Francisco	-----	-----	garapeiro	-----
Manoel Moinhos	24	Casado	criado	espanhol
Saly Felipe	22	Casado	negociante ambulante	árabe
Ayd Ser	24	Solteiro	negociante ambulante	turco
Constantino Miguel	23	Solteiro	negociante ambulante	árabe
Raymundo Nonnato da Silva Borges	25	Solteiro	cozinheiro	paraense

João Pedro	31	Solteiro	negociante ambulante	árabe
Ignacio Manoel Galdino	37	Solteiro	cozinheiro	bahiano
Luciano Odria	45	Solteiro	cozinheiro	espanhol
Alvaro Riche	15		vendedor ambulante	árabe
Simão Jorge	26	Viúvo	negociante ambulante	árabe
João José	28	Solteiro	negociante ambulante	turco
Albino da Silva	-----	-----	vendedor de doces	-----
Antonio Aires Ruas	-----	-----	vendedor de doces	português

Elaborado pela autora

O policiamento, no momento que é solicitado para evitar perturbação da ordem pública que se manifesta pelos mais diferentes “crimes” e delitos, como embriaguez, vadiagem, gatunagem, ofensa à moral, prostituição, etc., justifica-se pela necessidade de proteção ao trabalho. Fica claro que é em nome da proteção e tranquilidade dos que trabalham que a segurança é exigida. (DIAS: 2007, p. 131).

CONCLUSÕES

Estudar as trabalhadoras domésticas e ambulantes da cidade de Manaus no período correspondente aos anos de 1900 a 1920 foi um trabalho desafiador, tendo em vista que essa temática comporta mais de um objeto de estudo. No que diz respeito aos trabalhadores (as) dos serviços domésticos nos deparamos com três desdobramentos: as criadas (os), as cozinheiras (as) e as amas. Além disso, também identificamos crianças e homens exercendo atividades consideradas tipicamente femininas. Já em relação aos trabalhadores (as) ambulantes pudemos identificar a presença de algumas categorias que se destacaram no cenário urbano da cidade, os doceiros e os garapeiros.

Em ambas as categorias de trabalhadores os imigrantes se fizeram presente. No caso daqueles que se dedicaram ao serviço doméstico os portugueses (as) eram os mais requisitados. Entre os trabalhadores ambulantes os árabes eram maioria e dividiam seus espaços de trabalho com turcos, portugueses, espanhóis, barbadianos e certamente com pessoas de outras nacionalidades.

As experiências urbanas foram mais exploradas no caso dos ambulantes, já que esses faziam parte da esfera pública e constantemente se envolviam em acidentes ou em conflitos com seus companheiros de trabalho, fato que era noticiado nos periódicos da época.

Chegar até aqueles que tinham como espaço de trabalho o âmbito privado foi certamente mais difícil, pois estes só apareciam nas páginas da imprensa diária quando eram solicitados para ocupar alguma vaga de emprego ou quando ofereciam seus serviços. Esses trabalhadores também tinham suas presenças registradas nas páginas dos jornais quando eram presos ou intimados, ou quando iam até às autoridades policiais fazer suas reclamações.

Nos deparamos no decorrer da pesquisa com uma ampla gama de informações e com um amplo leque de questões que merecem ser melhor investigadas, a qual apenas nos referimos aqui. Alguns periódicos que também seriam extremamente relevantes no trabalho da pesquisa, somente agora pudemos ter acesso a eles. Nesse sentido, seria fundamental dar prosseguimento a esta temática, ainda nesta periodização para a preencher as inúmeras lacunas que detectamos no transcorrer da pesquisa, e também para dar visibilidade as novas questões advindas da leitura das fontes.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes:

Álbum do Amazonas (1901,1902).
A Capital (1917);
A Federação (1900);
Amazonas (1905);
Commercio do Amazonas (1900);
Correio do Norte (1906, 1909, 1910, 1911, 1912);
Imparcial (1918).
Jornal do Commercio (1915, 1919, 1920);
O Diario de Noticias (1900);
Quo Vadis? (1902, 1903, 1904);

Referências:

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus. Manaus: Edua. 2003.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. “Preferem-se português (as)”: mercado de trabalho, nacionalidades e anúncios em Belém do Pará (1885-1914). 2002. 363 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, São Paulo.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). 2010. 205 f. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PRAIA, Benta Litaiff. A crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930). 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. Condições sociais de migrantes em Manaus, 1920-1945. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PESSOA, Alba Barbosa. Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. 238f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SOUZA, Flavia Fernandes. Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. 2009. 253 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950. 1998. 189 f. Dissertação. (Mestrado em

História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917. 2005. 245 f. Dissertação. (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Livros

CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. Contexto, São Paulo, 1988.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da História. Tradução de Viviane Ribeiro. EDUSC, São Paulo, 2005.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odalia. UNESP, São Paulo, 1997.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros. Trabalho e conflito no porto de Manaus 1899-1925., Manaus: EDUA, 2ª ed. 2003.

COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana. Trabalhadores de Manaus (1890/1915). Valer, Manaus, 2014.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto. Manaus – 1890-1920. Valer, Manaus, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Editora Brasiliense, São Paulo, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura. História, cidade e trabalho. EDUSC, São Paulo, 2002.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. Cia das Letras, 1992.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada 3. Da renascença ao século das luzes. Companhia das Letras, 2009.

Artigos

SOARES, Cecília Conceição Moreira. Mulheres Negras na Bahia no século XX. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/164021096/As-ganhadeiras-mulher-e-resistencia-negra-em-Salvador-no-seculo-XIX#scribd> - acesso em 02 de julho de 2015.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto História. São Paulo. Nº4. Pp. 89-102. Junho de 1985.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.27. nº 54, pp. 281-300. 2007.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. Cadernos Pagu. pp. 77-87. 1998.

SCOTT, Joan. Uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html - acesso em 20 de janeiro de 2015.

VASCONCELOS, Eliane; SAVELLI, Ivete Maria. A imprensa feminina. Verbo de Minas: letras. pp. 89-102.

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e história social. Cadernos Pagu (3). pp. 29-62. 1994.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro. História Social do trabalho e história das mulheres: percursos da historiografia brasileira. Historien – Revista de História (2). pp. 84-101. Jan./Março de 2010.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. Revista Canoa do Tempo. Manaus. v. 1. Nº 1. pp. 53-81. Jan/dez de 2007.

SILVA, Maciel Henrique. Ser doméstica em Recife e Salvador na segunda metade do século XIX: honra e sobrevivência. História Social. Campinas. Nº 13. pp. 101-107. 2007.

GOMES; SOARES. “Dizem as quitadeiras...” Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma sociedade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. Acervo Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, p. 3-16, jul/dez 2002.

PANTOJA, Selma. Da kitanda à quitanda. Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/da-kitanda-a-quitanda> - acesso em 02 de julho de 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. Proj. História, São Paulo, (13), jun. 1996.

Evento científico

BARBOSA, Marialva. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis 15 a 17 de abril de 2004. Como escrever uma história da imprensa. Não publicado. 11 f.

CRONOGRAMA

Descrição	Ago. 2014	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan. 2015	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Levantamento bibliográfico	R	R	R				R	R	R			
Leitura e fichamento	R	R	R	R			R	R	R	R		
Elaboração do relatório parcial					R	R						
Entrega do relatório parcial						R						
Elaboração do relatório final											R	R
Entrega do relatório final												R